Município
Palmela
Assembleia Municipal

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 24 de setembro de 2015

Ata N.º 19

No dia vinte e quatro de setembro de dois mil e quinze, pelas vinte horas e cinquenta minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Desafetação do domínio público de parcela de terreno localizada junto à rotunda poente da Alameda 25 de abril e posterior permuta por prédio urbano sito no Largo do Chafariz D. Maria I;

PONTO TRÊS – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: Carmongado – Sociedade Agro-pecuária, S.A.; Procº: E-501/86; Local: Poceirão;

PONTO QUATRO – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: Metalomecânica 3 Triângulos, Lda.; Procº: A-7/01; Local: Rua do Olho Ferrenho – Salgueirinha – Pinhal Novo;

PONTO CINCO – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: José Fernando Simão Parreira; Procº: E-83/00; Local: Fonte da Vaca;

PONTO SEIS – Regulamento do Projeto Eco Famílias;

PONTO SETE – Regulamento de comércio a retalho não sedentário do Município de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;

- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto;
- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Pedro Miguel Martins Pereira;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Fernando Luis Justino Coelho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sr. José da Cruz Silvério.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Teresa Marta de Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;

- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luis Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Eduardo Alexandre Godinho Ferro.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- A **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques** que se encontrava presente;
- A **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou a ausência à sessão, por se encontrar fora do país, tendo a falta sido considerada justificada;
- O **Sr. José da Cruz Silvério da CDU,** Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca**,** fez-se substituir pela **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade**, Tesoureiro da Junta, que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse do novo Membro **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS** que após juramento de honra e assinada a respetiva ata, que ficará apensa à presente, foi empossado no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:55 horas.

Período de Intervenção dos Munícipes

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Não havendo intervenções passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

Iniciando o período informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa uma Saudação e duas Moções da CDU.

Saudação da CDU *"Festa das Vindimas"*

Tomou a palavra o **Sr. Domingos Rodrigues** para apresentar a Saudação, que ficará apensa à ata, propondo que a mesma seja considerada como uma Saudação da Assembleia Municipal, tendo sido admitida por unanimidade, com vinte e seis a favor (dezoito da CDU, oito do PS e um do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Têm a Saudação distribuída, não é? Raul Cristóvão por parte do PS, por favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Da mesma forma que fizemos no ano transato, que fomos nós que trouxemos e que foi transformada numa Saudação conjunta acho que, pelo texto e pelo assunto que estamos a tratar, deve ser conjunta esta Saudação à Festa das Vindimas e à comissão."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então se todos estiverem de acordo, Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Antes de mais boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente cumprimento todos pedindo desculpa pelo atraso mas, realmente, a Teresa Marta e o Carlos Vitorino estão a caminho mas também vão chegar um bocadinho atrasados.

No que me toca, e tal como no ano transato, não temos nenhuma objeção.

Queria só referir que embora não apresentando novamente uma proposta de deliberação do IMI familiar, que apresentamos em fevereiro, mantemos a nossa posição relativamente ao assunto. "

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É outro assunto, já lhe dou a palavra porque agora estamos a falar desta Saudação."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigada."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:59 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então se a CDU estiver de acordo nós deixamos de aprovar na Assembleia uma Saudação da CDU mas passamos a fazer uma Saudação da Assembleia Municipal e é isso que é dirigido à Festa das Vindimas, certo estamos de acordo?

Pergunto se vale a pena ler uma vez que o documento está distribuído. Os Srs. e Sras. jornalistas têm essa Saudação?

Pronto, se estivermos de acordo votamos.

O Sr. Presidente da Junta quer que seja lida a Saudação?

O **Sr. Fernando Baião da CDU:**

"Se o Sr. Líder da Bancada diz que não é preciso, não é preciso.

A Sra. Presidente desculpe mas agora não leio."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então como a Saudação já não é da Bancada da CDU mas sim da Assembleia, vou passar a ler rapidamente.

Eu vi o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela com ar triste por isso é que interpelei, tem razão"

O **Sr. Fernando Baião da CDU:**

"Sra. Presidente, eu não estou triste."

Tomou a palavra a **Sra. Presidente da Mesa** para apresentar a Saudação da Assembleia Municipal.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Pronto, votamos então?"

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e dois do PPD/PSD.CDS-PP).

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:03 horas.

Moção da CDU *"PAZ SIM! NATO NÃO! Não à realização dos exercícios militares da NATO"*

Tomou a palavra a **Sra. Ana Filipa Sobral** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sras. e Srs. Membros da Assembleia está aberta a discussão sobre esta Moção. Quem deseja intervir?

Tem a palavra o Partido Socialista, Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Bom, iria começar pelas saudações que há bocado não fiz. Boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Técnicos da Câmara, Jornalistas e Munícipes.

Na verdade nós todos, acho que não há aqui ninguém que não lute pela Paz, que não lute por um mundo com menos armas, com menos armamento e com maior justiça mas esta Moção só fala de um dos lados esquecendo-se a história, esquecendo o que se passou e o que ainda se passa nalguns pontos do globo, esquecendo inclusivamente que o Afeganistão não começou com a invasão dos Estados Unidos e esquecendo-se que o problema da Ucrânia é hoje um problema de conflito resultante, também, da ação agressora e invasora de países que querem retomar forças de potência mundiais que já foram e que hoje não são.

Portugal é membro da NATO de pleno direito e nesse sentido, porque defendemos que devemos continuar como membro da NATO de pleno direito até por causa das políticas geoestratégicas da nossa localização geográfica, nós estamos deste lado e não queremos guerras, não queremos fome, não queremos desgraças, não queremos conflitos mas não podemos votar a favor desta Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, Carlos Vitorino, por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia, Comunicação Social, Público e Funcionários, em primeiro lugar pedir-lhe desculpa pelo meu atraso mas hoje foi-me completamente impossível cumprir com o horário e saudando todos os presentes.

Dizer que já tinha saudades destas Moções porque há muitos anos que não apareciam, eu lembro-me na altura em que era membro da Assembleia Municipal do Barreiro, já lá vão mais de vinte anos, assembleia sim assembleia não aparecia uma Moção destas e eu, invariavelmente, tinha de recordar aquilo que o Membro da Assembleia Municipal Raul Cristóvão referiu, nomeadamente quanto ao Afeganistão e como começou o Afeganistão e lembro-me tanto de quem foi que primeiro invadiu o Afeganistão como da bandeira que tinha na altura, lembro-me de tudo isso.

Independentemente de eu considerar, pessoalmente, os graves erros cometidos pela Aliança Atlântica e pelos Estados Unidos, nomeadamente a nível de invasões que potenciaram situações pelas quais hoje estamos a pagar, mas que não é certamente a do Afeganistão. Estou a falar, por exemplo, da invasão do Iraque que potenciou situações gravíssimas e que hoje todos estamos a pagar a fatura, isto é a minha opinião pessoal. Agora isto não impede que a Aliança Atlântica não tenha tido um papel fundamental na defesa da liberdade, não impede que a Aliança Atlântica tenha sido historicamente uma barreira contra o totalitarismo e contra as ditaduras e não impede que ela continue, se calhar por vezes com uma outra atuação, a ser um pilar na defesa do mundo ocidental como o conhecemos. Aliás recordo que ainda recentemente, e isto tendo em vista a questão dos exercícios e dos meios militares, houve exercícios nomeadamente russos a sobrevoar aqui a nossa costa e também navios russos em exercício pelo que é normal que a Aliança Atlântica também faça o seu papel. Por isso, obviamente, votaremos contra saudando o regresso destas Moções das quais já tinha algumas saudades. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção sobre este assunto? Tem a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, Valentim Pinto."

O **Sr. Valentim Pinto da CDU:**

"Sra. Presidente boa noite. Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara Municipal, os Srs. Vereadores, colegas da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Técnicos e Funcionários da Câmara Municipal de Palmela.

Só uma pequena nota de cronologia histórica que às vezes é importante para nos relembrarmos todos, não sendo isso determinante não deixa de ter alguma importância. A NATO foi constituída como sendo uma organização de caráter defensivo mas, de facto, ela precedeu a criação do Pacto de Varsóvia. Mais concretamente a NATO é criada em mil novecentos e quarenta e nove e o Pacto de Varsóvia apareceu em mil novecentos e cinquenta e cinco, este sim com carácter de resposta um bloco político/militar que tinha sido constituído pelos países do ocidente e que até à data da sua constituição não existia. A iniciativa da constituição dum bloco desta natureza não é inocente e não pode ser indiferente do ponto de vista político, não é um mero acaso da história e tudo tem uma cronologia e as cronologias também têm uma leitura política.

Depois dizer que nós em nada nos identificamos, em nada apoiamos em absoluto qualquer política de intromissão na autonomia e nos direitos de cada povo, nomeadamente a questão que foi referenciada, embora pudéssemos ser mais rigorosos na questão da Ucrânia mas não vale a pena particularizar, da Rússia que para nós do ponto de vista ideológico não temos qualquer identificação com ela como bem sabem e como qualquer país de natureza capitalista de que a Rússia neste momento faz parte. Não serve esse exemplo, sinceramente não serve rigorosamente para nada neste momento.

Quanto à questão do Afeganistão, e também para não fazer muita história, recordar que a intervenção no Afeganistão foi efetuada a pretexto do combate ao terrorismo e temos depois uma intervenção, essa ainda com uma dimensão, uma complexidade, e com consequências mais graves que foi na Jugoslávia que a pretexto de divergências, de facto, que existiam entre a Croácia, a Sérvia, etc., o que resultou foi uma intervenção militar que nós devemos ter isso recordado porque todos nós nos lembramos daqueles dias consecutivamente, eu tinha dez anos quando eram os bombardeamentos sobre o Vietname ainda não tinha idade para perceber muito bem o que isso era, mas recordamos todos os que estamos aqui dos bombardeamentos diários sobre a Bósnia Herzegovina, Sarajevo, penso que temos essa memória, não é? E esses bombardeamentos eram feitos pela NATO e para além dos milhares de mortos que isso teve como consequência, foi o esfrangalhamento completo daquele estado que era o objetivo da NATO, ou seja um país importante e que nunca foi muito alinhado nem com os países vamos chamar de leste nem depois da queda do Muro de Berlim foi muito alinhado nem correu à privatização generalizada da economia como outros o fizeram e isso não merecia as boas graças, nem o bom olhar, do ocidente e que obviamente fez ali uma intervenção que desmembrou. Hoje o que temos é uma Bósnia Herzegovina, Montenegro e um Kosovo que são expressões territoriais insignificantes. Se a viabilidade como países, o Kosovo inclusivamente mais de metade da comunidade internacional nem o reconheceu como país, Montenegro e Bósnia Herzegovina não chegam a ter um milhão de habitantes. O que a NATO conseguiu foi esfrangalhar completamente um país e deixar dois estados apenas, a Croácia e a Sérvia, ainda com a particularidade de ser sobretudo sobre a Sérvia que incidiu porque era aquele que não era alinhado com o ocidente. Esta é uma intervenção belicista, unilateral, não foi em defesa de nenhum valor de justiça internacional foi apenas em defesa dos interesses concretos dos países ocidentais.

O Iraque, que é uma intervenção unilateral dos Estados Unidos, a situação ainda é mais e vem dentro desta linha a pretexto do combate ou da destruição de armas de destruição maciça que o Iraque teria, nós estamos todos com certeza recordados daquela célebre cimeira dos Açores com Bush, o Blair, este senhor faz parte da Internacional Socialista acho eu ou na altura ainda fazia, o Aznar e o nosso Barroso a fazer de mordomo e a estender o tapete vermelho a este países. Hoje todos sabemos como foi um embuste, todos sabemos hoje e o próprio PSD o reconhece, e quando o PSD/CDS o reconhece a evidência é demasiado óbvia, que de facto foi um embuste como outros. O pretexto é, obviamente, dominar um país economicamente importante do ponto de vista das suas reservas petrolíferas e estrategicamente importante. Mais uma vez uma intervenção unilateral neste caso até dos Estados Unidos. Depois fê-lo na Líbia, na Síria também o tem feito embora de um modo ainda, digamos, não muito declarado e aqui duas ou três notas finais para terminar.

Dizer que a NATO tem bons ditadores e maus ditadores. Há bons ditadores, Arábia Saudita um país que no Médio Oriente onde existe um regime ditatorial do mais sanguinário que existiu à face da terra nos últimos cinquenta ou cem anos, uma aliado estratégico de Israel e dos Estados Unidos é um bom ditador. Os Emiratos Árabes Unidos são bons ditadores, o Koweit, Oman, Bahrain, Qatar, o Egipto de Mubarak, aliás a

primavera árabe não triunfou nalguns destes países, nomeadamente a Tunísia, com o apoio da intervenção não militar direta mas intervenção política dos Estados Unidos e do ocidente. A Jordânia também uma ótima ditadura e todas as ditaduras da América Latina que nos anos setenta, oitenta e noventa foram criadas pelos Estados Unidos e com o apoio do ocidente e da NATO, em concreto estamos a falar da NATO. Todos nos lembramos do Brasil, do Chile de Allende, do Videla na Argentina, etc., tudo boas ditaduras. Depois há as más ditaduras, que são a Líbia e a Síria.

Bom, estamos perante uma hipocrisia política e total e é lamentável que o Partido Socialista, do PSD/CDS já não era de esperar outra coisa, não se demarque deste belicismo, desta atitude imperial que de facto a NATO tem à escala internacional e que no caso concreto agora mais do Médio Oriente tem levado ao pretexto de criação do radicalismo e daí o exército do estado islâmico, obviamente, é o resultado digamos do desespero e que estas populações são empurradas depois para pseudo defensores como o estado islâmico que obviamente é outra ditadura e que vem criar aqui uma instabilidade e um sofrimento humano enorme. Portanto, daí nós reafirmarmos que estamos contra a NATO pela sua extinção e tal como a Constituição da República Portuguesa defende nós somos pela extinção de todos os pactos político/militares e neste momento o único que existe e que nós conhecemos é NATO.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Vi um pedido do Partido Socialista, Raul Cristóvão faz favor."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Não vou entrar em resenhas históricas mais ou menos factuais e algumas delas só demonstram contradição. Algumas pessoas andam com falta do sol da terra, eu tenho o sol que ilumina todos os portugueses não preciso de outros sóis. Agora há uma coisa que eu tenho que dizer, é por respeito a todos e a todas que lutaram para que as liberdades pudessem ser hoje estarmos aqui que eu não vou entrar em discursos anti comunistas ou anti Pactos de Varsóvia ou anti de leste só porque me dá conveniência.

Há uma coisa que eu respeito, outros não respeitarão, mas eu respeito: a história e as pessoas.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção sobre este tema? Se faz favor, Bruno Grazina do PS."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Boa noite a todos os presentes, cumprimento-os na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal.

Quanto ao discurso do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, nós já estamos um bocadinho habituados a este tipo de forma e não é a questão da forma. Quando a forma é assim mas há matéria tudo bem, o problema é quando a matéria acaba por ser um bocadinho adulterada. E eu, neste aspeto, gosto muito de história e lembro-me de história, não gosto de ocultar os factos só quando nos convém e lembro-me que no pós segunda guerra mundial houve uma tentativa de aliança geoestratégica entre todos os aliados, e essa tentativa foi abandonada pela União Soviética em mil novecentos e quarenta e sete. Posteriormente, em quarenta e oito, foi feito um bloqueio à cidade de Berlim pela União Soviética tendo sido interrompido o acesso ferroviário, rodoviário e hidroviário à cidade de Berlim ocidental e foi um dos princípios da chamada guerra fria e a NATO surge como resposta a isso. O Pacto de Varsóvia surge em cinquenta e cinco, se não estou em erro, como resposta à NATO mas formalizado não quer dizer que não existisse já uma aliança não formalizada nem com nome de Pacto de Varsóvia, mas já existia. É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção sobre este assunto? Vamos votar? Votamos então?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU e onze votos contra (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP).

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Boa noite a todos, apresento os meus cumprimentos à Sra. Presidente, aos respetivos Membros dessa Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, às Sras. Vereadoras, aos Srs. Vereadores, aos Membros da Assembleia, Comunicação Social, Técnicos da Câmara hoje aqui em exercício e Público presente.

Eu quero declarar que sou contra qualquer tipo ou qualquer bloco político/militar seja ele qual for e esta Moção, de facto, olha só para um dos lados não observa o conjunto dos blocos político/militares senão o Partido Socialista votaria a favor, agora observa, como aqui foi dito, apenas um dos lados mas eu, por convicção, sou contra qualquer tipo, qualquer bloco, qualquer organização que utilize armas a nível mundial, nacional, seja o que for.

Muito obrigado."

Moção da CDU *"Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa"*

Tomou a palavra a **Sra. Rute Trindade** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Está aberta a discussão sobre esta Moção, alguém deseja usar da palavra? Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Carlos Vitorino do PSD/CDS"

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Bom, em primeiro lugar saber se é uma Moção ou uma Recomendação, como a questão formal até costuma ser levantada pela Sra. Presidente nós aduzíamos aqui até porque o ponto seis acaba por dizer que recomenda à Câmara. É que sendo uma Recomendação e para além disso dizendo que é a CDU que recomenda, não vejo que seja posto à votação mas que seja uma Recomendação da CDU."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

(Intervenção não audível na gravação por não ter sido usado o microfone).

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sim, mas oh Sr. Deputado quando foi ao contrário levantaram a questão e não fomos nós que levantamos, daí a questão que eu coloco à Sra. Presidente porque não fomos nós que historicamente fizemos a Moção e que levantámos a questão. Daí colocarmos à consideração da Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Eu acho bem a estrutura duma Recomendação, de facto, apesar do título é verdade, mas a CDU quer transformar em Moção?

Eu não vejo mal nenhum que tenha a figura de Recomendação, não altera nada o conteúdo nem a força do documento. De facto para ser Moção nós precisávamos de fazer uma ligeiríssima alteração na estrutura, não é, porque em situação semelhante nós considerámos o documento como uma recomendação, é verdade, mas não vejo que retire qualquer espécie de força porque não altera nada.

Ok, chama-se Recomendação, muito bem.

Mais alguma intervenção sobre o tema? Por parte do Partido Socialista tem a palavra o Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu, por acaso, acho que independentemente da forma como está apresentado o documento deveria ser uma Moção mas, de qualquer das formas, eu gostaria de dizer o seguinte: o Partido Socialista vai votar favoravelmente. Concorda com o que aqui se diz e é um documento que fala naquilo que é de facto verdade, refere-se a várias causas que definem a situação atual mas eu gostaria de colocar aqui algumas questões à reflexão das pessoas sobre esta tragédia.

O que nós estamos a assistir é uma tragédia, e é uma tragédia que todos sabemos como começou e não sabemos como é que vai acabar. É uma tragédia que tem muita gente responsável, que em representação dalguns povos, dalguns países, hoje tem as mãos cheias de sangue. E não basta dizer que estamos solidários e que concordamos em receber aquelas pessoas, com o drama todo que é referido aqui e outros mais, e esquecer porque é que isto está a acontecer e não refletirmos.

Ainda agora ouvia dizer que a NATO é que iniciou, a NATO está sempre por detrás basta ser um grupo político/militar, mas no Iraque foi ali que começou tudo e as coisas passaram-se de uma forma diferente. De facto no Iraque nós tínhamos um país onde viviam em paz os Xiitas, os Sunitas, os Curdos, toda aquela gente vivia em paz e foram mortos mais de quinhentas mil vítimas, mulheres e crianças, não foram só militares foram muitas mulheres e muitas crianças, muitos inocentes que morreram naquele país a troco de quê? A troco de aldrabices dizendo que havia bombas atómicas, depois já não pegava as bombas atómicas diziam que era porque protegiam o Bin Laden, quando o Bin Laden era Xiita e o Saddam era Sunita e eles sabiam-no, e depois como já não tinham nenhum argumento diziam que era um ditador. Como foi dito há bocado, de facto, há ditadores para a NATO, como haverá para outros blocos, bons e outros maus.

Por exemplo a Arábia Saudita também é uma ditadura, uma mulher da Europa que chegue à Arábia Saudita e que toque ou se sente a um volante de um carro é presa. No Koweit, por exemplo, é uma oligarquia fascista que governa e também não há eleições, mas estes mandam o petróleo para o Estados Unidos e para os seus aliados e por isso são bons, é por essa razão que são bons. O Iraque onde foram mortas centenas de milhares de pessoas, se houvesse um Tribunal Penal Internacional a sério homens como o Durão Barroso estariam presos por crimes de guerra e anda aí a percorrer a Europa como se fosse um santinho, é um criminoso e deveria estar preso como criminoso de guerra.

Nós assistimos a coisas graves na Europa porque isto vai-se agravar e já ouvimos até dizer que aquela mulher da Alemanha, a Merkel, é uma santa. Vejam lá, tanto mal diziam daquela senhora que agora é uma santa. Não, ela o que estava a ver era o oportunismo do três em um. Um era o ficar de bem, que é uma situação que a Alemanha deseja há muito tempo, com o mundo árabe porque a Alemanha é totalmente dependente do combustível e da energia que consome pelo que dava jeito estar bem vista com o mundo

árabe. A outra era resolver um problema com estes refugiados na sua necessidade de mão-de-obra e a terceira que ninguém fala por vergonha, mas muitos pensam, era ver nisto uma oportunidade de mão-de-obra barata só que o tiro saiu-lhe pela culatra. É que não são cento e vinte, nem cento e quarenta, nem cento e sessenta mil como estes idiotas que mandam na Europa andam a falar, são milhões. Aquilo que se fez, por exemplo, na Síria é uma vergonha. Ao fim de um ano e meio de andarem a armar criminosos só porque eram rebeldes contra um governo que não era pró-americano e pró-ocidental, neste caso, descobriram que estavam a armar os Jihadistas que estão a formar o dito estado islâmico, que eles não são de forma alguma religiosos são criminosos, e que estão neste momento mais de dois milhões de desalojados, e o Guterres já avisou isso há três anos para cá, sem comida, sem leite, a serem perseguidos por aqueles criminosos que querem levar os seus filhos para aquela guerra e para aquela causa louca esses vão ter que fugir para cá também e depois o que é que fazemos? A Merkel já percebeu isso não sendo cento e quarenta nem cento e sessenta mil.

Há sinais que foram dados e eu recordo, por exemplo, eu sou católico e estou à vontade para dizer isto pois oiço sempre com muita atenção o Papa Francisco, porque é neste momento o grande estadista do mundo, e ele disse em fevereiro, quando foram os ataques de Paris, em França, uma coisa, que vergonhosamente aqui só passou em duas televisões generalistas porque na pública não passou, até foi num avião, esta frase: *"É preciso que se acabe com o terrorismo de alguns países …".* Foi qualquer coisa como isto, se não foi isto e para ser mais exato o que disse o Papa Francisco foi que: *"É preciso acabar com o terrorismo dos estados."* Ele disse isto e foi abafado, na RTP1 não passou na televisão portuguesa. Isto é lapidar, foi dito em fevereiro aquando do ataque de Paris e é o que nós estamos a assistir, é terrorismo, terrorismo duma vergonha, gente com as mãos cheias de sangue e é engraçado que quem apoiou esta gente que tem as mãos sujas de sangue é quem hoje anda a meter medo e a dizer: Cuidado, nós na Europa temos as fronteiras abertas e esta gente é perigosa porque podem vir terroristas … E eu pergunto, a América não tem as portas todas fechadas e não aconteceu lá o onze de setembro? E depois dizem assim: Cuidado, porque nós em Portugal, no caso dos fascistas em Portugal, também temos muitos pobres. Pois temos e se calhar é por isso que esta gente que foge não quer fugir para Portugal, aliás de Portugal fogem os portugueses.

Quem não se recorda, o ano passado, quando foram metidos setenta e dois sírios num avião na Guiné-Bissau, que causou um corte de relações com o então governo da Guiné, que a TAP deixou de viajar para a Guiné-Bissau causando transtornos a portugueses e guineenses que não puderam viajar porque tinham que ir por Dakar, e sabem o que aconteceu? Ao fim de uma semana destes setenta e dois sírios estarem cá andava o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) preocupado com entidades para descobrir uma forma dos integrarem e eles tinham desaparecido. É que governados por esta governação nem os refugiados cá querem ficar.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há um pedido de intervenção da CDU, mas ainda antes de passar a palavra à CDU deixem-me fazer uma pequena precisão.

De facto eu deixe-me levar sobretudo pela estrutura do texto e particularmente o último ponto que diz: *"Recomenda à Câmara …"*, mas lendo com mais atenção a estrutura deste documento é de uma Moção e merece esse estatuto e eu digo porquê. Não tem sentido num texto em que o ponto três diz: *"Considera que o estado português deve …"* e no ponto quatro *"Deplora a forma como a União Europeia …"* não faz sentido, de facto, tratar isto como uma Recomendação.

Neste sentido fazia uma sugestão à CDU, o ponto seis em vez de dizer: *"Recomenda à Câmara Municipal …"*, para não deixar a dúvida sequer, passar a dizer: *"Apela à Câmara Municipal para que …".*

Estamos de acordo? Penso que é mais correto e mais rigoroso.

Domingos Rodrigues, por favor, bancada da CDU."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

Depois da intervenção da Sra. Presidente nós íamos pelo mesmo caminho que já estávamos aqui a analisar. É evidente que com a alteração do ponto seis apela-se, de facto, a isto. Se puséssemos como Recomendação dava impressão que nós é que íamos passar isto tudo para a Câmara Municipal mas que era importante, também, que todos nós conhecêssemos que já há trabalho desenvolvido. A própria autarquia, Câmara Municipal, está em desenvolvimento com estes trabalhos e nós consideramos, e conhecemos, e todos os Vereadores sabem, tão bem ou melhor do que eu, a importância desta discussão e por isso consideramos porque há trabalho com organismos oficiais e com autarquias, e não só esta Câmara mas esta Câmara tem cuidado e está a desenvolver este trabalho tendo em conta esta questão dos refugiados, e, portanto, isto nunca pode ser uma Recomendação.

Consideramos que vamos mantê-la como Moção, aceitamos e pensamos que é justo a questão de alterar a primeira palavra do ponto número seis. De resto mantemos como está."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, o Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Para além de tirar as referências à CDU da Moção porque passa a ser uma Moção da Assembleia Municipal quando for aprovada, não é?, independentemente de quem aprove, eu penso que não é um assunto que nos faça por a favor ou contra. Acho que é um assunto que nos deve a todos fazer pensar o porquê, como e que futuro é que nós vamos ter enquanto mundo também. Quando vimos estas imagens, que vimos todos os dias, passarem com milhares e milhares de pessoas, crianças, mulheres, homens indefesos a percorrerem milhares de quilómetros em condições sobre-humanas e a serem impedidos em plena Europa de percorrerem livremente o seu território e de chegarem a bom porto e haver pessoas mais preocupadas com outras questões senão com as questões humanistas, ou seja com as questões das pessoas, de salvar vidas e de criar alguma dignidade aquele povo.

Independentemente de agora podermos todos aqui falar muito sobre as causas e as consequências, a verdade é que estamos perante um problema real, um problema efetivo, e é com base nesse problema real e efetivo, independentemente do que o gerou ou do que pode vir a gerar, é hoje e não ontem nem amanhã, é hoje que temos que intervir, é hoje que temos que ser solidários, é hoje que temos que ir para o terreno, é hoje que temos que salvar vidas, é hoje que temos que dar futuro aqueles que não têm futuro neste momento.

Não me interessa muito discutir aqui os ontens nem os amanhãs, interessa-me muito discutir o hoje e aquelas vidas que, eu, diariamente vejo lá longe. Eu não sei quantos podemos ver em Palmela, podemos recolher no país, podemos recolher em Bragança ou em Vila Real de Santo António, isso para mim não é importante. O que é importante é que Palmela, como Vila Real de Santo António, como Bragança, como qualquer outro município português ou como qualquer outro espaço português esteja aberto, disponível, para receber aqueles que tivermos que receber, porque nós temos a diáspora, também fomos nós, também somos nós e não podemos perder este humanismo, esta humanidade que nós trouxemos ao mundo e demos outros mundos ao mundo, saibamos também receber aqueles que hoje precisam porque têm ainda menos do que nós temos. Nós temos que estar abertos a isso, temos que trabalhar com o Conselho Português para os Refugiados, temos que integrar a Plataforma de Apoio aos Refugiados, temos que trabalhar com os Islâmicos, com a Cáritas, seja com que for, individualmente, em conjunto, nos nossos locais de trabalho, nas nossas famílias, temos que fazer a diferença e essa diferença meus amigos, peço desculpa, não pode ser com análises do que foi ou do que deixa de ser é com salvar vidas, salvar vidas, salvar vidas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção sobre este tema? Tem a palavra o PSD/CDS, por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Tendo-se chegado à conclusão que é uma Moção, apesar de eu já ter trocado aqui opiniões, nós vamos ter de ver outras no passado que nos pareciam similares e que não foram consideradas mas tudo bem a alteração até faz isso e não é o que está em causa. De referir que nós não vamos votar favoravelmente embora subscrevendo a cem por cento o seu ponto seis que não deveria ser um ponto seis, deveria ser a conclusão da Moção. De facto para ser uma Moção deveria ter uma conclusão, mas isto é a minha opinião.

Há aqui considerandos com os quais não nos revemos, embora nos possamos rever noutros. Eu estava a ouvir o Sr. Deputado Silvério e havia coisas que ele disse com as quais concordei e me identifico, agora havia outras que não. Relativamente à questão da invasão do Iraque, só faltava dizer que o Saddam, coitadinho, não fazia mal a ninguém o que também é mentira, é um ditador sanguinário e um criminoso do pior. Agora é verdade que a invasão potenciou problemas que não existiam, é evidente, tal como na Síria. Tal como também não é verdade que os países ocidentais tenham armado os rebeldes, antes pelo contrário, só que os Estados Unidos ao armarem o exército iraquiano potenciaram que tudo aquilo caísse nas mãos deles. Houve, de facto, vários erros nestas situações, agora meus senhores esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante do capitalismo, pronto, e os senhores criticam aqui a China, os Estados Unidos e todos os países. Mas estão também a criticar também a China, é isso? O sistema? São essas dúvidas que nós temos…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos abreviar."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Vamos abreviar. O Sr. Deputado fica zangado, fica aborrecido, fica chateado, mas oh Sr. Deputado eu também detesto ditadores, mas detesto-os todos quer se tenham chamado Pinochet, Hitler, Stalin, Fidel, todos! Quer sejam da Arábia Saudita, quer sejam em Pequim, eu tenho essa vantagem é que eu detesto-os a todos.

De facto, há aqui considerandos com que nós não podemos concordar embora concorde que a política europeia necessita de algo mais para ser inclusiva e ser uma política europeia. É verdade, sim Srs. Deputados aqui concordo porque, de facto, quando os migrantes chegavam ao sul da Europa, e na Itália, e era pedida ajuda a Europa do norte não se preocupava e preocupa-se agora. De facto, a Europa precisa de se refundar, precisa de ser mais solidária, concordo com essa parte.

Agora o ponto seis para mim é que é o essencial e com esse ponto fica desde já a declaração que nós estamos de acordo, e já agora aproveitar para saber, até devido a algumas notícias que vieram na comunicação social, se a Câmara de Palmela tem alguma informação se há algum plano e também de que maneira nós podemos ajudar se vierem para cá alguns refugiados, porque a ajuda e a solidariedade tem de ser de todos. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar então esta Moção."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezoito da CDU e oito do PS) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminamos as Moções e Saudações, pelo que gostaria de perguntar que outros assuntos existem uma vez que já havia uma indicação por parte do PSD/CDS que queria intervir.

Há mais questões, mais intervenções? Temos agora dois pedidos do Partido Socialista. Então eu passo a palavra ao PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Abstendo-nos de trazer novamente a proposta sobre o IMI familiar, vimos aqui reiterar o documento que foi entregue em fevereiro de dois mil e quinze e sobre o qual não temos ainda a opinião, neste caso, do Executivo sendo que no caso de a Câmara de Palmela vier a decidir por optar por esta redução, que é prevista no Orçamento de Estado e que tem prazos, gostaríamos de saber qual a posição do executivo relativamente a essa proposta apresentada sobre o IMI familiar e que aqui reiteramos integralmente não entregando novamente tudo o que escrevemos porque está nos documentos da Assembleia Municipal e que terá sido remetido à Câmara Municipal."

A **Sra. Carla Oliveira do PS** ausentou-se da sala pelas 21:49 horas

O **Sr. Ricardo Marques do PS** ausentou-se da sala pelas 21:49 horas

O **Sr. Pedro Pereira do PS** ausentou-se da sala pelas 21:49 horas

O **Sr. Bruno Grazina do PS** ausentou-se da sala pelas 21:49 horas

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** ausentou-se da sala pelas 21:49 horas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse? Tem agora a palavra Partido Socialista, dou a palavra ao Sr. Membro Fernando Coelho."

O **Sr. Fernando Coelho do PS:**

"Sra. Presidente, era no sentido de se tentar a viabilidade de um Voto de Pesar pela catástrofe acontecida hoje em Meca onde setecentos e dezassete mortos e oitocentos e quinze feridos na peregrinação realizada na cidade de Mina nos arredores de Meca, se fosse viável neste momento."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Depende da Assembleia, ou seja da sua admissão. Srs. Membros da Assembleia há alguma objeção, há alguma questão? Alguém quer formular o texto, pergunto ao Sr. Membro da Assembleia se quer apresentar?"

Voto de Pesar do PS *"Pela tragédia na Arábia Saudita"*

Tomou a palavra o **Sr. Fernando Coelho** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitido por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor (dezassete da CDU, quatro do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguma objeção? Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora nós não temos objeções relembrando, no entanto, que também aqui a dada altura trouxemos os problema das mulheres raptadas pelo Boko Haram e pelo assassinato de muita criança em África e que o Partido Socialista, nessa altura, achou que a religião não devia ser aqui abordada.

Em todo o caso nós votaremos favoravelmente porque, realmente, tal como o Carlos disse há pouco somos pela liberdade religiosa em todos os seus termos, e é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Por favor Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Contesto esta afirmação que, no mínimo, é estranha mas congratulo-me que todos estejamos de acordo porque a vida humana não tem cor, nem raça, nem credo, nem nada é uma vida e seja ela em que situação for. Há bocado diziam-me foi um ataque bombista, não, não foi. Foi uma manifestação religiosa de massas porque liberta muita gente e houve ali uma situação de pânico, que não é a primeira vez infelizmente mas esta teve uma dimensão bastante grande.

Não me recordo do Partido Socialista, pela sua tradição humanista, ter alguma vez estado contra ou manifestar qualquer situação contrária à aprovação duma Moção no sentido em que foi referido. O que me interessa a mim enquanto membro desta Assembleia e enquanto membro do Partido Socialista é que a dignidade humana e a vida humana seja respeitada seja onde for e quando for e por quem for. São sempre esses os valores humanistas que estão presentes connosco nas nossas Moções ou nas nossas posições e são esses que nós aqui representamos e continuaremos a representar sempre com o à vontade como quem já o faz há muitos anos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sobre o voto de pesar há mais alguma observação? Vamos votar?"

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor (dezassete da CDU, quatro do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Carla Oliveira do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 21:55 horas

O **Sr. Pedro Pereira do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 21:55 horas

O **Sr. Bruno Grazina do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 21:55 horas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tinha agendado um pedido de intervenção do Partido Socialista, mas pergunto se há mais alguma intervenção porque nós costumamos intercalar, não é? Não havendo continua o Partido Socialista, por favor, José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

É para colocar duas questões muito rápidas ao Sr. Presidente da Câmara.

Uma é uma situação ali na Quinta do Pinheiro, no Pinhal Novo, que tem os aparelhos de manutenção na rua Bartolomeu Dias que é um local que só pode ser frequentado durante a luz do dia. A partir do início da noite aquele local torna-se num local sem qualquer visibilidade, onde para além de se tornar inseguro está a tornar-se um local de urinol público, é só lá passar à noite e ver, e propício a futuros vandalismos. Bem sei que a forma de iluminar aquele local não será fácil, pois os pinheiros são muito baixos e tornam a zona muito escura e os candeeiros que lá existem estão fora do pinhal e daquela zona, mas de qualquer das formas gostaria que o Sr. Presidente desse alguma informação ou se está atento aquela situação e da forma como a resolver porque qualquer dia aqueles aparelhos de manutenção serão danificados ou desaparecerão de lá porque o local é tão escuro à noite.

A outra questão é na rede viária do concelho continua a haver um grande défice de pintura na sinalização horizontal. Eu já coloquei aqui esta questão o ano passado, em junho, e o Sr. Presidente disse que em setembro, do ano passado, ia fazer e fez algumas mas, de qualquer das formas, a falta de pintura das passadeiras continua a ser um problema do concelho e penso que deveria ser assumida como uma das prioridades do Sr. Presidente e da Câmara. Aliás isto está-se a tornar geral por todas as Câmaras que resolveram, enfim com as dificuldades económicas que têm, fazer poupanças na sinalização particularmente na sinalização horizontal.

Espero, Sr. Presidente, que com poucas palavras me diga ter um plano para pintar ou que mesmo esse plano está a decorrer. Assim ficamos todos satisfeitos, o Sr. Presidente fica bem visto, sai-se bem e ficará em consciência se houver alguma situação porque nós não podemos esquecer que, especialmente, nas zonas urbanas, e isso está provado a nível nacional, mais de trinta por cento dos atropelamentos dá-se em cima das passadeiras. Nós no nosso concelho, como noutros concelhos não é só neste, especialmente onde há bandas, onde há lombas, há ai bandas onde não se vê absolutamente nada. Para além de ser perigoso para os peões é também para os automóveis que, de facto, às vezes abusam na velocidade e passam por cima das lombas e saem da estrada e algum dia pode acontecer, se já não aconteceu, algum problema. O Sr. Presidente, com certeza, terá um plano para ir avivando as pinturas das passadeiras especialmente perto das escolas. Muito obrigada, é só isso Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra Teresa Marta do PSD/CDS."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, Sr. Presidente são questões creio que algumas delas já colocadas aqui noutras assembleias, algumas continuam e dizem todas respeito ao lado sul de Pinhal Novo.

Eu cresci com aquela divisão ainda, entre norte e sul, quase que parece o Muro de Berlim, salvo seja a comparação, mas eu sinto sempre o lado sul de Pinhal Novo como a zona pobre e a zona norte como a zona rica. E sinto que eu como habitante da zona sul contínuo a sentir-me um bocadinho desprezada.

Bem, sobre o estacionamento de pesados a questão já foi aqui continuadamente colocada e Sr. Presidente eu sei que também não é favorável aquela situação mas o que é facto é que ela persiste, inclusivamente tenho visto lá uma camioneta do VARD - Vale do Ave Região Digital quanto mais não seja que o Vale do Ave Digital que é composta por nove municípios nos pague alguma coisa para ter lá a sua camioneta. Mas não é só, são camionetas antigamente dizia-se da carreira, são pesados que muitas vezes nem têm a parte da frente e que estragam o passeio, o que é certo, é que, aquela zona, persiste em ser um privilégio de estacionamento para estes pesados. Não sei até que ponto, e isto é uma sugestão, que alguma sinalização vertical de proibido estacionar a pesados não pudesse de certa maneira fazer essa desmotivação e que pudesse, inclusivamente, nós não temos polícia municipal mas dar origem a algumas coimas porque, de facto, nós permanentemente, mais nuns dias e menos noutros, continuamos a ter ali os pesados que,

inclusivamente, para além de estragarem não creio que não façam ali esteticamente uma posição muito agradável.

Depois a questão do estacionamento no acesso à REFER, no lado sul, gostaríamos de saber quando é que a requalificação poderá estar incluída no planeamento. Não me recordo agora Sr. Presidente se já falamos disto se é uma tarefa da autarquia se é uma competência da própria REFER ou em conjunto, mas de qualquer das formas gostaríamos de saber sobre esta questão. Vai entrar o inverno, a zona também é escura, eu agora tenho apanhado o comboio e, de facto, à noite não é agradável passar ali.

Tal como o meu colega do PS, apelo à revisão do circuito de manutenção da urbanização Quinta do Pinheiro cujos aparelhos estão nalguns casos degradados, os pinheiros dá-me ideia que desde que nasceram nunca foram podados uma vez que a copa do pinheiro quase que arrasta pelo chão, há muitas, muitas fezes de cão. Claro que o Sr. Presidente me vai dizer que são os donos que têm que tomar conta dos cães, mas nalguns casos somos nós que temos que tomar conta dos donos dos cães, porque quando do dono do cão não tem comportamento cívico adequado muita coisa também se diz sobre aquilo que é a nossa terra. Não sei se com alguma vedação ali, até porque há ali muitos animais que são colocados na rua e que não vão os donos passeá-los, poderíamos evitar isso. O que é certo, é que não é agradável e é impossível fazer ali desporto sem ter que estar à espera de não encontrar fezes e não as pisar. Para além disso há garrafas, há papel, há inclusivamente entulho e tudo é colocado ali.

Ao mesmo tempo o estado degradado em que se encontra o parque desportivo da urbanização Quinta de Matos, as balizas que havia já não existem, não sei o que foi feito delas, a rede que circunda este parque de desporto, este ringue digamos assim, está completamente esburacada bem como a relva que está à volta já não é relva, digamos assim, eu diria restolho seco em que também não se vê o mínimo cuidado.

Finalmente a questão da segurança rodoviária nalgumas estradas municipais. Há muitas, mas uma daquelas que para mim é gritante, porque o meu pai vive na Lagoa da Palha e eu passo lá muito, é a estrada municipal que liga Lagoa da Palha à Palhota E quando eu digo aqui a questão da segurança acho que a palavra manilhas ainda hoje existe, pelo menos no dicionário pelo menos o computador não a considerou como erro porque depois do acordo ortográfico não sei como é que é, mas onde há as manilhas que passam por debaixo da estrada há também umas sinalizações, uns muros, que nas suas laterais estão pintados de amarelo e preto. Acontece que a maior parte desses muros estão degradados e sobretudo à noite não se refletem, não há reflexão naqueles muros. O que é que acontece? As ditas manilhas como aquelas estradas têm bermas baixas e depois tapadas como estão, neste momento de vegetação seca, como é lógico tornam-se quase invisíveis. É muito natural que possam provocar, aliás o estado em que algumas estão partidas deixa notar que poderá haver ali situações com o trânsito. Posso referir aqui que o meu próprio pai capotou lá o carro só porque se desviou vinte centímetros para passar uma ambulância e o carro teve perda total. Mas pronto, eu não queria trazer um exemplo pessoal mas como as coisas se mantêm, de facto, pelo menos que esses ditos muros que ladeiam a estrada pudesse ter não a pintura amarela, aquelas riscas amarelas e pretas, mas se calhar placas refletoras da mesma cor e à noite, se calhar, já se via.

Tenho dito Sr. Presidente, obrigada."

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 21:59 horas

O **Sr. Ricardo Marques do PS** retomou participação nos trabalhos pelas 22:00 horas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, mais alguma intervenção? Tem a palavra agora Bruno Grazina do Partido Socialista."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Sras. e Srs. serve esta presente intervenção para alertar para a ocorrência no cruzamento da rua Ferreira de Castro com a rua Orlando Ribeiro existe aí, para quem circula no sentido da rua Ferreira de Castro para a

Escola Secundária, uma passadeira antes deste cruzamento com a rua Orlando Ribeiro que tem muito pouca visibilidade porque para além do estacionamento abusivo que é feito do lado direito existe também vegetação que ao acumular com a situação dos carros torna muito difícil, para quem circula no sentido da rua Ferreira de Castro para a Escola Secundária do Pinhal Novo, perceber mesmo a vinte à hora se está alguém a atravessar ou não. Como estamos num período em que as aulas já começaram acho que é uma situação perigosa e queria, aqui, sugerir numa primeira instância o corte da vegetação porque acho que melhoraria a visibilidade e que fosse futuramente estudada a possibilidade de colocação ou de um sinal de redução de velocidade ou um alerta maior quanto à existência duma passadeira para precaver situações futuras.

Noutro âmbito e já entrando aqui num ponto que vem referido na atividade municipal que é o que concerne à substituição do piso do campo de basquetebol no polidesportivo José Maria dos Santos. O piso foi substituído e existia um declive que agora já é muito menor e não há dúvidas que está muito melhor do que aquilo que estava, no entanto este piso não tem continuidade por detrás das tabelas e quem joga basquete sabe que se joga um bocadinho por detrás da tabela, o não ter continuidade não confere as melhores condições de jogo como também pode potenciar a ocorrência de algumas lesões aos praticantes.

Queria aqui deixar esta nota e que de futuro em futuras reparações tivessem atenção e fizessem o piso um bocadinho por detrás das tabelas, acho que os praticantes agradeceriam.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora eu queria aqui recolocar algumas questões, nomeadamente, como vai começar rapidamente o período das chuvas como é que estamos ou o que é que a Câmara pensa fazer relativamente aos abrigos de passageiros. Na freguesia de Quinta do Anjo, e o Sr. Presidente Valentim Pinto também poderá constatar na sua freguesia, os abrigos de passageiros estão completamente danificados e mantêm-se inalterados há largos e longos meses. Na última Assembleia ordinária, ou na penúltima, o Sr. Presidente disse que ia fazer por fases e era essa questão que eu queria colocar.

Outra questão era como é que estava o caso da dita grua em Águas de Moura que também aqui trouxemos, ou no fim do ano passado ou no início deste ano, se há algum avanço quanto a esse processo. Bem como aos processos que indicámos de edificações abandonadas, quais são as notícias sobre os casos que identificámos sobre as edificações abandonadas algumas na freguesia de Palmela, Quinta do Anjo e por aí. O Sr. Presidente, na altura, disse que ia ser feito um levantamento qual é a posição disso.

Vou enviar, também ao Sr. Presidente, uma reclamação de um munícipe que já foi para a Câmara no ano de dois mil e doze, mas que o Sr. Presidente ainda não era Presidente nessa altura, relativamente a uma rua em Cabanas que é a rua Manuel Xavier de Carvalho. Remeterei através da Assembleia novamente a cópia dessa reclamação que, até ao momento, não logrou surtir qualquer efeito e queremos saber qual era a posição do Executivo sobre isso.

Finalmente, e para não me alongar demasiado, queria dizer que com base no alargamento que as Juntas receberam relativamente aos antigos protocolos também na freguesia de Quinta do Anjo, e já tive o prazer de remeter ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta de Anjo a devida reclamação que vários munícipes me fizeram chegar nomeadamente no tratamento dos canteiros na urbanização Portais da Arrábida bem como no facto de constatar que a iluminação no circuito de manutenção foi aposta mas que, efetivamente, há lâmpadas que não estão a funcionar, não sei se por avaria, também queria saber o que é que se passava com isso e relativamente ao protocolo dos passeios também enviei para a Junta de Freguesia algumas reclamações que me foram feitas chegar também da Quinta do Anjo, no cumprimento dos protocolos, neste caso que já têm outro nome como todos bem sabemos e que aprovamos, para que seja procedido à reparação dos passeios alguns deles danificados à largos e longos meses. Em todo o caso

alguma intervenção foi feita, agradecendo a que foi feita, tendo até sugerido ao abrigo dos acordos com a Câmara fosse feito um levantamento nessas urbanizações porque às vezes são pequenos buracos que facilmente são recuperados enquanto depois com o passar do tempo se alastram e são muito mais metros quadrados para repor que é um custo superior, quer para a Junta e depois, consequentemente, para o protocolo da Câmara que tem que estender o financiamento nesse aspeto e é isso para já que queria alertar aqui.

Na missiva que mandamos quanto aos edifícios degradados à data, a Câmara veio dizer que não tinha conseguido identificar um prédio na urbanização dos Portais da Arrábida. Eu vou fazer chegar ao Sr. Presidente a identificação e o número da porta da prédio que nunca foi habitado e está em desagregação no meu entender não sendo técnica de engenharia civil, remeterei isso ao Sr. Presidente.

E é tudo, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção, por favor? Bem, então, não havendo pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas pelos Srs. Membros da Assembleia, por favor? Sr. Presidente tem a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Com certeza. Permita-me que comece por cumprimentar a Sra. Presidente, as Sras. e os Srs. Vereadores, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Munícipes, naturalmente os Trabalhadores do Município e as Sras. e Srs. Jornalistas, cordiais saudações.

Relativamente às questões colocadas, permitia-me começar pela questão do IMI familiar. Em primeiro lugar relembrar que foi uma posição apresentada pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, pela bancada do PSD/CDS-PP, mas que não se tratou, efetivamente, duma recomendação porque em bom rigor não houve qualquer votação dessa recomendação.

Mas pergunta-me a Sra. Membro da Assembleia qual a posição da maioria acerca do assunto, pois bem é clara. Nós consideramos que a questão do IMI familiar ou de outras reduções em função do número de dependentes não é uma medida justa, pelo contrário é uma medida injusta, por várias ordens de razões. Desde logo porque não tem em conta os rendimentos dessas famílias, é uma medida cega do ponto de vista da pretensa justiça, depois não tem também em conta o valor do património do imóvel e portanto também não pensamos que seja por aí, por esses critérios, uma forma de fazer justiça mas, acima de tudo, é preciso denunciar politicamente que se trata duma medida populista do Governo que pretende fazer propaganda à custa da receita das autarquias.

Portanto, aquilo que a maioria defende, e pratica, e há-de apresentar em momento próprio, é a redução do IMI para todos. De facto ainda bem que esta questão é suscitada nesta altura porque nós não temos qualquer problema em referi-la, mesmo em momentos pré-eleitorais. Quem quiser fazer justiça social nas famílias pode começar por repor o abono de família, que o Governo de V.Exas. retirou a milhares de famílias e a milhares de portugueses, pode começar por fazer justiça social no IRS porque aí estão os rendimentos, todos, dos portugueses e, portanto, pode baixar o IRS aos portugueses, e depois não venham pedir às autarquias que venham fazer esse tipo de medidas populistas porque as autarquias precisam de cumprir as suas missões, têm atribuições e competências, têm receitas cada vez mais reduzidas e ainda assim continuam a ser elas a fazer justiça social e medidas de natureza social como teremos oportunidade de discutir em momento próprio.

Portanto já conhece a posição do Executivo, discutiremos esta matéria certamente nas reuniões de outubro em que analisaremos questões de impostos municipais e orçamento.

Sr. José Manuel Silvério, Quinta do Pinheiro aparelhos de manutenção, em primeiro lugar importa recordar que temos dois tipos de aparelhos. Temos um circuito de manutenção e temos um ginásio de ar livre, ambos foram colocados pela Junta de Freguesia de Pinhal Novo e a respetiva manutenção compete à Junta. Daquilo que julgo saber, o estado desses aparelhos não é assim tão calamitoso como referiu a membro da

Assembleia Teresa Marta porque eu passo lá e conheço. Há um que vai sendo danificado e é normal como infelizmente na generalidade dos equipamentos públicos arranja-se num dia e noutro dia há coisas arrancadas e peças partidas.

Quanto à iluminação, nós temos um pequeno estudo que visa o prolongamento da iluminação já existente, mas já agora isto é sempre bom esclarecer e fazer pedagogia, embora o senhor não goste de me ouvir falar muito tempo mas acho que só com informação é que nós podemos ajuizar os assuntos. A iluminação que existe e o espaço ajardinado que existe em torno dos prédios da urbanização está delimitado e faz parte dos espaços verdes que são tratados e que foram realizados no âmbito do loteamento e aí há sistema de rega instalado, há manutenção de espaços verdes e há iluminação pública.

Os dois ditos equipamentos foram colocados em terrenos de cedência, a título precário, pela Junta de Freguesia mas não nos passa pela cabeça acabar com aqueles espaços nem cedê-los para outros equipamentos. Queremos que, efetivamente, este tipo de resposta continue no local e não temos intenção de dizer à Junta de Freguesia para retirar de lá os equipamentos, oxalá a Junta tenha condições até para melhorá-lo, e no que diz respeito à iluminação temos um pequeno estudo de prolongamento da iluminação no mesmo tipo de iluminação e o que estamos a fazer, porque a prudência e a boa gestão dos dinheiros públicos também nos leva a isso, é tentar que este tipo de intervenções sejam assumidas no plano de investimentos pela EDP porque em matéria de requalificação até de iluminação pública, que são rubricas diferentes, e também de iluminação em espaços privados, entenda-se privados/públicos da Câmara domínio privado municipal, praças, jardins, etc., nós temos investimentos a fazer de eficiência energética, temos outros que por questões de segurança têm prioridade, lembro-me aqui o Joaquim José de Carvalho por exemplo em que temos que ter alguns cuidados que aqui existe e também temos em plano substituí-la mas também o Sr. Vereador e os nossos dirigentes, e com a nossa anuência, propôs e muito bem que esses investimentos possam ser feitos pela EDP, pelo que procuraremos, não lhe consigo dar uma previsão, que este investimento seja assegurado pela EDP se não for temos que planear esse prolongamento e investir tal como fizemos na reabilitação da iluminação que foi colocada na zona do sobral na Quinta do Anjo.

Pintura da sinalização horizontal, nós temos um concelho extenso há quem diga que não temos muitos caminhos alcatroados, são só quinhentos e vinte quilómetros, e temos muitos centros urbanos que têm não são centenas são milhares de passadeiras. Temos todos os anos feito um investimento, que nem sempre temos a verba desejável, mas também há passadeiras que devem durar dois três anos outras por alguns materiais utilizados deviam durar cinco mas, infelizmente, isso não acontece ou porque o trânsito é muito ou porque o facto de termos um clima eminentemente seco também as suja com os rodados dos carros, porque se chovesse mais se calhar estavam mais branquinhas, ainda assim temos consciência que temos muito trabalho a fazer. Mas quero aqui recordar V.Exa., se tivesse oportunidade de ter aqui os vários relatórios da atividade municipal, que já investimos este ano muito mais do que nos anos anteriores, quarenta e um mil e quinhentos euros em sinalização horizontal, pinturas de eixos de vias, quer nas zonas rurais quer nos centros urbanos, na zona sul do Pinhal Novo os STOP's, no caminho municipal que liga Lagameças à EN5 pela zona da Agualva, enfim, nós temos feito sinalização horizontal em todo o lado. No Poceirão fizemos algumas, não fizemos todas porque temos que dosear um bocadinho esta verba para todo o concelho mas, precisamente, reconhecendo que continua a existir muitas prioridades e temos intenção de sinalizar sempre aquelas que estão na proximidade de equipamentos coletivos e nomeadamente escolas, como referiu também o Sr. Membro da Assembleia Bruno Grazina. Nós fizemos agora um esforço suplementar desviando verbas de outras rubricas para uma nova adjudicação que tinha como preço base cerca de mais vinte mil euros e que foi adjudicada por dezoito mil euros há cerca de quinze dias e ainda voltaremos ao terreno para fazer mais ainda este ano. Este é um trabalho que vamos continuar porque estará sempre inacabado e a manutenção, e a conservação, são permanentes.

Sobre as questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta, eu folgo muito em saber que começa a conhecer, mas se calhar ainda não muito bem, a zona sul do Pinhal Novo onde eu tive o privilégio de nascer. Se calhar a Sra. Membro da Assembleia mora lá há pouco tempo na zona sul do Pinhal Novo, é? Dezasseis anos é pouco tempo, ainda, mas sendo há dezasseis anos já tinha obrigação de conhecer as regras que estão instituídas e que já têm essa idade, nomeadamente a sinalização que impede o estacionamento de pesados no centro da vila e no perímetro urbano, que está afixada em todas as entradas. Também poderia aqui recordar-lhe a existência de um parque de pesados que tendo hoje uma utilização franca e muito superior aquela que teve nos primeiros tempos ainda tem lugares, porque eu passo lá, e esta

questão é naturalmente uma questão de polícia, são modas há uns meses em que vai tudo a eito e há outros meses em que as operações e as ordens que são dadas aos militares é para fazerem outro tipo de intervenções. Se a senhora acha que a solução são mais multas, tudo bem. Este assunto, por acaso, merecia outra reflexão, é o que é que aconteceu ao nosso país para que os empregados hoje tenham que levar os camiões para a porta de casa e não os deixar nos parques das empresas; o que é que aconteceu às nossas transportadoras para fazerem hoje do espaço público o parque de estacionamento das empresas; o que é que aconteceu hoje ao subsídio de transporte aos trabalhadores para terem que utilizar o carro das empresas ocupando estacionamento que deveria ser para os moradores daqueles locais mas, pronto, não é isso que estamos a discutir. Quero dizer-lhe que é um fenómeno que nos preocupa, não é só em Pinhal Novo em Aires começa a acontecer, no centro de Palmela começa a acontecer, e não é uma questão de norte/sul Sra. Membro da Assembleia se for atrás da Fundação COI em plena urbanização dos Mochos e noutros espaços da zona norte do Pinhal Novo estamos a ficar preocupados com o desrespeito total e a falta de atuação das autoridades nem que seja numa questão de sensibilização porque, de facto, também já começa a ser …. Nalguns casos eu próprio já tomei a iniciativa de denunciar, porque camiões com matérias perigosas eu acho que com esses não pode haver qualquer tipo de contemplação.

Segunda questão, acesso à REFER lado sul, também talvez alguma desatenção até porque consta na informação municipal, no boletim, e se calhar no acompanhamento das semanas da freguesia, é que a intervenção no espaço do estacionamento no lado sul de Pinhal Novo que tem no nosso projeto de candidatura a fundos comunitários, já aceite, aliás este vai entrar no PAMUS (Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável) que para nós estava pronto no dia dez mas agora alteraram até trinta de novembro, que é a ligação intermodal à zona sul de Pinhal Novo, e tem que ter este nome por razões óbvias. Já apresentámos à Junta de Freguesia, aos Srs. Jornalistas, a quem nos acompanhou na semana da freguesia, teve no local algumas correções e passou de estudo prévio a projeto de arquitetura e vamos adjudicar as especialidades. É uma obra que temos em plano este ano mas, naturalmente, com estas questões da alteração desde logo do estudo prévio, mesmo antes do primeiro projeto, vai derrapar aqui dois ou três meses e é uma obra que fica bianual e que poderá ainda ser adjudicada este ano porque temos orçamento para isso e ser concretizada no próximo ano, mas para nós o fundamental é que ela venha a ser, também, financiada fruto da estratégia e do excelente trabalho que os nossos técnicos na área dos fundos comunitários e dos programas têm feito.

Revisão do circuito de manutenção e sobre os pinheiros que nunca foram podados, não é verdade são podados com frequência mas, felizmente, os pinheiros jovens estão na força da idade. Vou aproveitar aqui para lhe dizer que vai haver uma intervenção não de poda mas, mesmo, de abate de muitos pinheiros em Pinhal Novo e por uma razão simples. Não é uma consequência direta do nemátodo do pinheiro que muitas preocupações nos tem dado, que muitos milhares de euros nos tem feito gastar na micro injeção que está a ser dada neste momento, na pulverização que foi feita o ano passado na zona do mercado, na zona junto à ciclovia que obrigou à sua interrupção durante uns dias, na zona do circuito de manutenção da Quinta do Pinheiro e noutros locais públicos, até no jardim da Salgueirinha junto ao mercado, trata-se de uma profunda análise técnica por especialistas de dar espaço para que os pinheiros cresçam porque estão muito juntos uns aos outros e a partir desta dimensão se estiverem muito condicionados não vão ter saúde e são árvores que vão ficar com doenças e não permitem o crescimento em condições das outras espécies. Estamos atentos a essa questão também.

Também outra nota que eu pudesse ter acompanhado pelas questões que divulgamos na semana da freguesia, é que aquilo que refere como Quinta de Matos nessa zona é um espaço de cedência ao Município, que era para um fim e foi feito outro, isto já foi sobejamente explicado mas eu repito que é sempre bom atualizarmos a informação. Foram feitas lá infraestruturas que não fazem parte do loteamento em detrimento de outras cujo projeto não foi executado, entretanto houve a falência do promotor e o que o Município entendeu fazer foi: primeiro, fazer as notificações e os procedimentos para com segurança podermos vir a ter acesso às garantias bancárias que ainda existem; segundo, depois de sentirmos o sentimento e as preferências da Junta e da população residente, não alterar aquele espaço para aquilo que inicialmente estava previsto mas manter o polidesportivo que é isso que as pessoas lá querem, voltámos a refazer o projeto, mantendo o polidesportivo, aquilo que falou como relva, é evidente que nunca lá viu relva porque ela nunca foi plantada porque o loteador nunca terminou, nós temos outras soluções haverá arbustos, haverá árvores, mas vai sobretudo haver uma paleta de pavimentos diferenciada com cores que permitem, também outro tipo de jogos para as crianças. Esse projeto foi apresentado, há um compromisso

de tentarmos na Administração Urbanística até final do ano terminar o procedimento tendo em vista a posse administrativa e a execução das garantias bancárias para depois no próximo ano podermos vir, através do Gabinete de Estudos, Planeamento e Empreitadas, a lançar uma pequena empreitada para a qualificação daquele espaço. Mas, até lá, recentemente porque estas coisas demoram o seu tempo acordámos com a Junta de Freguesia de Pinhal novo transferir uma pequena verba que vai permitir à Junta, por administração direta, melhorar a vedação naquelas partes que podem constituir perigo e substituir a rede e repor as balizas devidamente reparadas e em condições de segurança.

Muros nos atravessamentos hidráulicos, dizer-lhe que esses muros costumam estar pintados e mais do que pintados costumam ter uma peça refletora metálica que se chama *"tevlons".* Depois da moda que ainda não acabou de roubos de tampas de saneamento e de grelhas de sumidouros, também os *"tevlons" talvez* pelas placas de alumínio e pela tubagem são muito atrativos, não sei se é do brilho, e também são amiúde roubados. Nós procuramos paulatinamente à medida que fazemos as intervenções, às vezes até do próprio desbaste da capinação das bermas, os nossos trabalhadores chegam lá sinalizam aquele assunto e depois vão fazendo constantes reparações. Mas, de facto, nós não devemos sair da estrada porque aquelas infraestruturas estão na berma, ainda assim concordo consigo deveremos sinalizá-las e procuramos fazer esse esforço sob pena de um mês estar lá e no mês seguinte poder já não estar em condições.

Tomei nota da questão da passadeira na rua Orlando Ribeiro com a Ferreira de Castro. Quando fala no corte da vegetação presume que seja a árvore que tem a copa muito grande. É uma das passadeiras que está sinalizada para melhorar e estamos também a estudar outra questão da alteração de sentido de trânsito com a mudança da entrada da escola a Orlando Ribeiro pode vir a ter, enfim, outra circulação.

Do piso do polidesportivo José Maria dos Santos, pois bem, procuramos ir ao encontro das questões que foram suscitadas pelos praticantes talvez não se tenha conseguido o pleno mas, em bom rigor, também não se trata de um campo oficial de basquetebol mas, pronto, aceito o reparo…"

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

"Não se trata de um espaço de prática desportiva profissional mas ainda assim creio que os utentes do espaço devem ter uma palavra a dizer sobre as condições do mesmo e foi exactamente isso que pretendi transmitir na minha intervenção anterior.

Ainda sobre o Polidesportivo José Maria dos Santos acresce referir que muitas vezes a iluminação é desligada por volta das 22h00 quando ainda existem munícipes a utilizar o espaço, pelo que sugiro que se reveja a possibilidade da iluminação estar ligada pelo menos até à meia noite. E isto não só para conferir condições para a prática desportiva em horário pós-laboral, mas também para garantir a segurança de um espaço em que há registo de algumas ocorrências de furtos, o que seria minimizado com o aumento da luminosidade do espaço e envolvente"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Olhe mas eu queixo-me que a Junta de Freguesia deixa aquilo aceso até à meia-noite sem ninguém, porque a Junta controla mas quem paga é a Câmara. Esta sugestão aqui do Vereador da iluminação é boa, com metade aquilo dava, mas é uma questão de relógio que por vezes quando há quebras também desafina porque o relógio se não tiver sempre alimentação também descontrola. O Sr. Presidente da Junta está a ouvir bem.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, abrigos de passageiros, com efeito os últimos cinco/seis mil euros que temos ainda não foram aplicados na reparação, não lhe sei dizer qual o ponto da situação mas sei da existência de orçamentos para reparar alguns mas também sei que alguns quando vierem a ser reparados vão ter o mesmo tratamento que já tiveram neste momento e isto faz-me lembrar outras coisas, enfim, estranhas que às vezes se passam, como ontem, não é, um sítio de onde desaparecem quatro contentores em dois meses. Contentores que sistematicamente desaparecem ou abrigos que sistematicamente são partidos e a gente às vezes, enfim, é um caso também para investigarmos. Aliás começámos a apresentar queixa na GNR, porque de facto há coisas estranhas. Mas tem razão, junto à estrada nacional é visível ali uma meia dúzia deles que precisam de reparação, procuraremos ir ao encontro de.

Grua em Águas de Moura, é um processo complexo, interviemos, notificámos, recebemos relatórios da empresa que monta a grua dizendo que ela cumpre todas as normas de segurança, que está certificada. Ainda assim não estamos satisfeitos com a resposta, porque para rebater essa questão não é apenas uma quezília jurídica, procuramos também outros especialistas e temos já pareceres que não pegando na estrutura da grua, porque essa parece efetivamente estar bem montada, estamos a tentar ir pela questão da natureza dos terrenos que estando na proximidade duma linha de água podem eventualmente ter ali alguma cedência e pôr em perigo, mas pronto vamos ver o que é conseguimos fazer no plano legal porque ainda estamos longe. Caso o senhor não queira desmontá-la, temos de passar à posse administrativa sem deixar de percorrer todos os procedimentos que, como deverá saber, se não forem bem percorridos damos "um tiro no pé", passo a expressão.

Edificações abandonadas, eu não tive conhecimento propriamente da listagem, não a despachei, mas foi para os nossos serviços e posso-lhe dizer que todos os anos fazemos mais de duas centenas de notificações a edifícios abandonados, nem que seja para majorar o IMI a trezentos por cento porque estando em ruína ou abandonados, a Assembleia, aliás, até costuma dizer votamos todos por unanimidade nesses pontos, temos todo o interesse em penalizar quem não cumpre, quem nos dá esse trabalho, este desgaste e quem continua a pôr a salubridade ou a segurança dos cidadãos em risco tendo património mas não tomando conta dele. Nós, enfim, teremos todo o interesse em fazer um ponto de situação quando eu tiver aqui esses elementos.

Relativamente a reclamações que a senhora recebe, etc., a senhora faça chegar isso aos nossos serviços e os nossos serviços responderão. Posso-lhe dizer que no nosso serviço de atendimento as coisas que entram objetivamente lá, e que são distribuídas, eu sei quantas respostas estão em atraso, mas essas outras questões que as pessoas às vezes dizem que respondemos, que não respondemos, etc., etc., eu não discuto isso aqui, Sra. Membro da Assembleia, porque já tive oportunidade de constatar situações dessas aqui colocadas e que não correspondem exatamente à verdade e outras que têm um fundo de verdade. Se os Srs. Membros da Assembleia quiserem fazer o favor a esses munícipes, e à Câmara, de entregar o processo dirijam-no formalmente, via Assembleia, à Câmara Municipal porque essas sim vão logo a despacho do Gabinete da Presidência e nós depois daremos a resposta, ao munícipe e aos senhores, pelo que fica esta sugestão de metodologia.

Protocolos verdes e calçadas, bom, é um conjunto de considerações da responsabilidade de V.Exa., tem essa opinião, nós vamos tentando acompanhar o desempenho das nossas Juntas na execução dos protocolos, o saldo é positivo, há sempre pequenas falhas, os recursos também nunca são os desejáveis mas o saldo é positivo. Os reparos que há, quando os nossos munícipes os fazem, fazemos chegar às Juntas e de uma maneira geral as Juntas têm respondido. Quanto à questão das calçadas tenho aqui que defender o Sr. Presidente Valentim Pinto porque, neste momento, fez bastante trabalho e já esgotou a verba e ainda não houve acordo para o reforço, mas houve, também, o compromisso do Município e estamos a trabalhar nisso. Houve também o compromisso do Município para as situações urgentes de intervir na reparação da calçada, porque há outras e dou-lhe o exemplo aquilo que aconteceu na avenida Dr. António de Matos Fortuna que como deve calcular nós podemos ir lá reparar a calçada mas, de facto, os camiões de rodado duplo e de dois atrelados se continuarem a ir lá estacionar e teimarem fazer marcha atrás por cima do passeio, não é do estacionamento, é do passeio nós podemos ir lá todos os meses mas há outras zonas onde as pessoas circulam, essas sim estamos a tentar priorizar. Outros aspetos de pormenor o fórum também será outro órgão autárquico, nós registamos algumas reclamações quando há e de uma maneira geral as Juntas depois dão-nos o feedback que as questões estão resolvidas.

Sra. Presidente, penso ter esclarecido no essencial as questões suscitadas."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

São mais questões ao Sr. Presidente? Temos que ser rápidos porque já estamos a ultrapassar o tempo. Primeiro o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Queria só referir ao Sr. Presidente aí na observação que fez que relativamente aos edifícios abandonados, estes casos que nós apontamos, e que colocámos por escrito à Mesa da Assembleia e que remeteu para Câmara, são edifícios não completamente construídos e portanto nem têm licença e, portanto, ali não há pagamento de IMI ainda penso eu, não é? Não são aquelas casas …"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu falei em geral nos edifícios abandonados não nos edifícios inacabados."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Em todo o caso eu vou fazer chegar isso e aliás a minha sugestão é sempre através da Mesa da Assembleia e sempre assim o fizemos.

Relativamente ao caso do IMI familiar, é precisamente o Sr. Presidente ter lembrado isso, é que foi precisamente o caso que nós trouxemos à Assembleia que a Mesa da Assembleia entendeu depois não ir a votação, porque foi transformado de Moção em Recomendação e essa opção não foi nossa. Até na altura não concordamos precisamente com ela."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sim, podia ter sido logo rejeitada mas também é um bocadinho extemporânea porque o IMI discute-se em outubro, Sra. Membro da Assembleia."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas não a quiseram levar a votação, portanto, podiam tê-la rejeitado realmente mas quero aqui deixar isso bem assente que não foi posição nossa não ser levada a votação.

Relativamente aos abrigos de passageiros, só referir ao Sr. Presidente que estes não são vandalizados há muito tempo porque eles estão assim há mais de dois/três anos e não são de vidro, a maior parte deles são daquele material sintético até com certeza mais barato que o vidro que nós bem sabemos que é caro porque quando estive na Junta, no Executivo, também chegamos a repor um vidro junto do cemitério a expensas da Junta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra José Manuel Silvério do PS."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Sr. Presidente, eu era apenas para falar da questão da grua de Águas de Moura até porque isto é uma questão que vem a esta Assembleia há muitos anos, eu lembra-me há seis anos ter também falado aqui na situação.

A Câmara, a exemplo do que está a acontecer por este país fora com a crise da construção civil muitas autarquias tomaram posse administrativa de gruas que foram abandonadas. Aquela grua, como qualquer outra, tem que ter manutenção de xis em xis tempo e o Ministério do Trabalho, que agora não existe, mas da economia que tem que estar disposto a isso. Aquela grua só não tombou porque está destravada e roda no sentido do vento, no dia em que o veio que tem oitenta ou cem milímetros estiver totalmente oxidado ele deixa de rodar. No dia em que deixar de rodar aquela grua tomba, e depois eu quero ver de quem é a responsabilidade. Obviamente que a Câmara vai dizer que é do empreiteiro, mas para que não aconteça

nada de grave como aconteceu agora em Meca, mas foi por outros motivos, por favor a Câmara tome posse daquilo, porque o pode fazer, por falta de manutenção.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão, por favor?

Então nós vamos terminar este período, o Sr. Presidente ainda volta a ter oportunidade de intervir nomeadamente já no primeiro ponto da ordem de trabalhos."

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Eu voltaria a estas duas questões reafirmando aquilo que disse. Têm sido apresentados certificados de conformidade da grua e o Município tem obrigação de atuar dentro dos procedimentos legais que estão definidos, e instituídos, e é isso que fazemos. Quando chegar a altura de podermos tomar posse administrativa, tomaremos ainda porque para a desmontagem da grua teremos de afetar recursos públicos que hão-de ter que ser desviados de outras coisas. Isso era a mesma história que nós tomarmos conta de todos os edifícios abandonados do concelho. Faríamos de banco, tomávamos conta, emparedávamos, reparávamos e depois há aquela história que a lei permite que os Municípios sejam ressarcidos, quando? Em que ponto do país é que isso acontece? Pois é, isso era no tempo em que havia muita gente a querer destruí-los para fazer prédios novos mas esse tempo acabou. Nós temos esta questão a ser estudada diariamente, o Sr. Vereador Adilo tem andado na Divisão Jurídica com este assunto, recebe donos, recebe certificados, pede mais questões, etc., tudo dentro da legalidade e a nossa Proteção Civil está neste momento a tentar criar ali outro tipo de apreciação e de critérios para pressionar ainda mais o dono da grua, e é isto que posso dizer que continuaremos a fazer. Quanto à responsabilidade civil, obviamente, a própria grua e o próprio promotor tem seguros é só o que lhe digo."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos avançar está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu dou-lhe a informação que tenho, o senhor naturalmente tem todo o direito de duvidar."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, vamos continuar está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, se me permite Sra. Presidente, de facto se calhar os prédios a que a Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto se referiu, bom não está presente não vale a pena vamos continuar.

Entrando no ponto um, Sra. Presidente, apesar da distribuição do Relatório faço sempre questão de ler a Introdução e de fazer também alguns comentários a este propósito porque o Relatório nem sempre é exaustivo nalguns aspetos que deveria ser e também tem algumas falhas e, então, penso que a Introdução resume o essencial e com mais propriedade.

Foi de facto um período curto mas intenso de atividade municipal que começou precisamente no Dia do Concelho, que nos deu um redobrado motivo de orgulho com a apresentação da Sinfonia Palmela, da autoria do maestro Jorge Salgueiro. Foi um autêntico brinde ao concelho, e cujos territórios pudemos identificar claramente nesta obra e que terá, nos próximos anos, desenvolvimentos musicais que aguardamos com grande expectativa.

No Dia do Concelho, também houve a tradicional atribuição de Medalha Municipal de Mérito a doze personalidades, também a Medalha de Honra do Concelho a Agostinho da Silva e a Medalha de Serviço Prestado foi atribuída a cinquenta e seis trabalhadores pelos quinze, vinte e cinco e trinta e cinco anos de trabalho na Câmara Municipal. A Medalha Municipal de Dedicação distinguiu ainda duas trabalhadoras reconhecidas pela organização no seu desempenho.

E porque se trata de um dos nossos grandes símbolos, permitam que, também neste período, destaque a inauguração da iluminação cenográfica do Castelo, na noite de quinze de Agosto, um investimento que veio conferir um novo brilho não só a este monumento nacional como a Palmela e à própria Arrábida, com um renovado destaque agora na Área Metropolitana. De referir que este investimento utiliza uma solução sustentável de energia, sendo expectável uma poupança entre os setenta e oitenta por cento relativamente aos custos anteriores.

No domínio da Educação, e aproveitando as férias escolares, foram concretizadas intervenções e reparações em vários estabelecimentos de ensino e jardins e infância, que totalizaram um investimento superior a cento e vinte e um mil euros. É de facto superior até porque há outros investimentos que ainda estão em curso e que vão ser feitos até final do ano civil. Destacamos aqui a colocação de toldos/telheiros em vários estabelecimentos de ensino, o tratamento de pavimentos mas houve muitas outras intervenções.

No Centro Histórico, foi concluído o edifício do Espaço Cidadão – Serviço de Apoio à Comunidade, uma peça essencial para a requalificação do Largo do Mercado, no coração do Centro Histórico. Depois o projeto 2(de)Mãos por Palmela, que vai na sua segunda edição, reuniu dezenas de cidadãos voluntários do concelho que pintaram muros de espaços públicos, contribuindo para melhorar lugares que fazem parte do seu quotidiano. E depois, também, o nosso Gabinete do Centro Histórico continuou a promoção e animação do Centro Histórico, não só com Mercadinhos mas também com o trabalho que visa acompanhar processos de reabilitação e de incentivo a recuperação de edifícios nesta zona. Mesmo hoje tivemos oportunidade de estar na inauguração de um dos espaços de referência, convido todos a visitar, que é a Casa da Atalaia que em muito vem qualificar e é um excelente exemplo, aliás, de como se pode reabilitar mantendo a memória, mantendo aquilo que é tradicional a funcionar mas com um novo elã de modernidade e grande atratividade para o enoturismo no Centro Histórico.

Do conjunto de investimentos no saneamento, destacam-se a execução do prolongamento na rede de águas residuais domésticas e ramais de ligação na rua de S. Julião, que entretanto depois foi repavimentada nesse troço. Ainda a instalação de esgotos na rua Joaquim Ferreira Calote em Cabanas e o prolongamento da rede de esgotos na rua 1º de Dezembro na Carregueira. A bom ritmo avança a empreitada de conclusão do sistema de drenagem de residuais domésticas, estou a falar-vos do sistema em alta, que liga Montado, Brejos do Assa, Algeruz, com grandes coletores também na rua Caixinhas.

Da intervenção no espaço público o destaque vai para o arranjo e entrada em funcionamento da nova entrada da estação ferroviária de Venda do Alcaide, com escada e rampa acessível a passageiros com mobilidade condicionada mas também o lançamento duma outra empreitada para arranjo dos seus espaços exteriores, esta conclusão da empreitada contribuiu decisivamente para a melhoria das acessibilidades nesse local e também tenho aqui a destacar a conclusão da empreitada das acessibilidades na freguesia de Poceirão, com o rebaixamento de passeios, a adaptação de passadeiras e remoção de alguns canteiros nos passeios que dificultavam a mobilidade e a substituição de estruturas verdes e do sistema de rega da

rotunda poente da avenida 25 de Abril, em Palmela. Enfim, este conjunto de trabalhos foram os que mais se destacaram nesta área.

Depois dar nota de que estará para breve, estamos ainda na fase da habilitação de contratos, etc., mas temos para iniciar a construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela um equipamento de grande qualidade e dotado de excelentes condições depois para o acolhimento, trabalho e assistência a animais.

No domínio da Cultura, como é sabido, estes meses de verão, são de grande diversidade de iniciativas que convidam ao encontro e convívio nas ruas de milhares de pessoas. Destaque para as festas locais, promovidas pelas associações e coletividades, com um expressivo apoio da Câmara Municipal - as Festas Populares de Pinhal Novo, de S. Pedro de Marateca, Feira Comercial e Agrícola do Poceirão, Festas da Escudeira, as Noites da Fonte, o Palmela Wine Jazz, entre outros.

Um assinalável êxito constituiu, também neste período, o regresso do Festival Internacional de Gigantes, trinta espetáculos e dezenas de milhares de visitantes. Uma referência especial também para o vigésimo aniversário do Dançarte, com quem temos um protocolo e que faz, de facto, um trabalho notável de promoção da dança e das artes no concelho e com uma exposição muito interessante que está aqui no Largo de São João.

Na área do desporto e tempos livres, no que se refere aos equipamentos, foi inaugurado, no Dia da Criança, o circuito de educação rodoviária, no espaço ajardinado de Venda do Alcaide. Concluídas a colocação de um novo piso no campo de basquetebol do polidesportivo José Maria dos Santos e foi de novo remodelado o espaço de jogo e recreio na urbanização Nogueira e Matos, em Pinhal Novo.

No domínio do apoio ao associativismo, foram celebrados onze contratos-programa com as associações desportivas do concelho – três para a utilização de equipamentos municipais e os restantes de apoio à atividade e obras de conservação em instalações. Foram ainda celebrados dois outros contratos – com o Clube Desportivo Pinhalnovense, para apoio à aquisição de viatura de nove lugares, e com o Palmelense Futebol Clube, para apoio à colocação de relvado sintético no Campo Cornélio Palma. Não está aqui referido, por lapso, mas há também neste período a atribuição de apoios ao movimento associativo cultural que perfez várias dezenas de milhares de euros.

Prosseguimos o investimento na melhoria da conservação da rede viária, com a conclusão de obras e adjudicação de outras de acordo com o Plano de Atividades. Concluiu-se a pavimentação do Aceiro das Sapatarias, após a conclusão também de uma outra empreitada de infraestruturas no mesmo local, está em curso a pavimentação da Rua de Goa, em Cabanas, e o concurso público para a pavimentação do Aceiro dos Arraiados, neste período que está a decorrer, mas neste momento já está adjudicado.

Neste período, por administração direta, mais uma vez foram executadas cerca de uma centena de intervenções de pequena e média dimensão, nas cinco freguesias, reparação de vias, limpeza de bermas e valetas, execução e reparação de calçadas, algumas das quais em consequência dos processos de participação e auscultação das populações e seus representantes nas associações de moradores. Mas este é um trabalho que é difícil também registar na sua totalidade porque são muitas as intervenções e parecem sempre poucas.

Nas áreas do comércio e turismo, uma grande atividade de promoção do concelho e dos seus produtos tradicionais, com destaque para o vinho, as frutas, particularmente abundantes e variadas nesta época do ano, com a realização de iniciativas que mobilizaram produtores e restaurantes, nomeadamente os fins-de-semana gastronómicos do concelho de Palmela.

No âmbito da participação e ação local, decorreram duas semanas das freguesias, em Marateca e Pinhal Novo, que permitiram aferir projetos, opções municipais, recolher novas propostas de trabalho junto dos autarcas de freguesia, populações e agentes económicos.

Destaque, também, para a reunião/debate sobre o futuro do Mercado de Quinta do Anjo, com moradores da freguesia, alguns dos quais apresentaram propostas que a Câmara está a analisar e a partir das quais apresentará, antes de final do ano, projetos de intervenção e dinamização para aquele espaço.

Sra. Presidente, é tudo na Introdução."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada Sr. Presidente.

Está a aberta a discussão sobre este ponto da ordem de trabalhos, Sras. e Srs. Membros da Assembleia. Quem deseja intervir colocando alguma questão ao Sr. Presidente, alguma observação?

Tem a palavra o PSD/CDS."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Na página trinta e nove, nas intervenções a decorrer fale-se em desinfestações, desratização e desbaratização dois mil e quinze, nós também tivemos algumas reclamações aqui de Palmela nomeadamente na questão das fossas sépticas e gostava de saber neste aspeto das desinfestações se isto está a ser feito por freguesia, qual foi o planeamento desta desinfestação, desbaratização e desratização.

Por outro lado também só queria colocar uma questão porque, efetivamente, me esqueci de colocar anteriormente relativamente àquele possível telheiro na escola de Cabanas, para ligar o refeitório à escola, se isso efetivamente está previsto. Não fui ver e por isso queria aqui a informação porque na altura o Sr. Presidente disse que ia ser feita.

Quando nós colocamos aqui questões são independentes do orçamento participativo, porque a prestação do Executivo e de esclarecimentos à Assembleia é devido por lei portanto nós podemos sempre recolocar aqui essas questões. Era só para dizer isso ao Sr. Presidente e a questão da antiguidade da habitação nos concelhos, uma vez que somos um concelho integrador, tanto vale um morador que mora há dezasseis como um que mora há trinta e seis, mas isto é um pequeno aparte.

Nessa questão da desratização queria saber se pudesse esclarecer como é que está a ser feito porque, efetivamente, tivemos várias queixas aqui sobre esse assunto.

E é só para já."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Mais alguma questão? Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente. Sr. Presidente de Câmara, restantes membros, colaboradores da Câmara Municipal, Público presente, uma muito boa noite a todos.

Diria três ou quatro aspetos, não quero que o Sr. Presidente se canse muito nas respostas …"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu não estou cansado."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"…eu sei, eu sei, falou vinte e seis minutos à bocadinho portanto é um homem descansado dessas coisas.

Diria só que o período em análise não é assim tão curto porque são, efetivamente, três meses, é o junho, o julho e o agosto, e face a estes três meses os relatórios têm sempre estas questões que quando são, enfim, circunscritos a um determinado tempo levam-nos aqui às vezes à análise um bocadinho mais desajustadas, diria eu.

Por exemplo na questão dos transportes é interessante percebermos que, ao contrário do que é habitual nestas questões que aqui são apresentadas, a grande dimensão dos quilómetros percorridos não tem a ver

com as escolas. Porquê? Porque isto é junho, julho e agosto e as escolas estiveram fechadas e aparece um valor aqui de seis mil quilómetros em transportes escolares, mas foram percorridos sessenta e um mil setecentos e noventa quilómetros noutros transportes. Há aqui uma relação que enquanto nos outros relatórios é um número que muitas vezes é similar entre aquilo que é transporte escolar e o que não é transporte escolar, nota-se realmente que o município ainda continua a fazer muito transporte e a ter muito transporte que não são os transportes escolares, portanto, esta é uma indicação.

A segunda nota, e já agora partindo para a rede pública de educação pré-escolar também há coisas que por vezes acabamos por escrever e que não são completamente claras, nomeadamente aquilo que está referido na página dezanove relativamente à rede pública de educação pré-escolar. Parto do pressuposto que diz: *"Neste período procedeu-se à integração de duas novas auxiliares de ação educativa para os jardins-de-infância e programa de alimentação escolar."* Penso que não terá sido neste período, já terá sido em setembro pelo que não deveria de estar neste relatório porque as senhoras deverão ter entrado já em setembro, digo eu, eventualmente terão entrado antes, mas como está tudo fechado a dúvida é esta.

Diz depois aqui que temos catorze estabelecimentos de educação e ensino, abrangendo quinhentas e vinte crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no primeiro ciclo. A minha pergunta é, não está cá a Dra. Fernanda Rolo, quantas crianças nós temos de três anos no pré-escolar público? Serão pouquíssimas, digo eu. No Agrupamento José Maria dos Santos no Pinhal Novo não há nem sequer cabe, eu admito que sim nos outros Agrupamentos admito que no Poceirão exista, que aqui em Palmela eventualmente exista, não sei, gostava de ter um número também até porque é relevante que possamos saber isso. A minha preocupação vem neste sentido, a legislação recente diz que o pré-escolar agora começa nos quatro anos, alguém decidiu isso não vamos discutir isso aqui porque acho que não vale a pena, mas o que é facto é que não temos neste momento rede, nós temos a Rede Solidária, etc., etc., mas não temos rede pública que consiga compaginar todas as ofertas que existem em termos de quatro anos, porque temos muitos miúdos. No José Maria dos Santos mais de cinquenta por cento de miúdos de quatro anos não entram, efetivamente, este ano com a agravante, para todo o país, que ao diploma de abertura do ano letivo preconiza que não pode haver abertura de novas turmas porque a verba é aquela para alunos que perfaçam os seis anos de idade entre o quinze de setembro e o trinta e um de dezembro. Aquilo que antes havia a possibilidade desses alunos entrarem no primeiro ciclo e deixar vaga para os mais novos entrarem no pré-escolar público, este ano foi completamente vedado. A minha preocupação, entre aspas, é independentemente de termos uma redução de alunos no concelho que tem sido visto em todos os agrupamentos com exceção do José Maria dos Santos, que este é o primeiro ano em que há redução do número de alunos em todos os outros já há muitos anos que há redução do número de alunos, não teremos a um de setembro de dois mil e dezasseis capacidade para cumprir aquilo que é o desígnio da legislação à data que é rede pública para todas as crianças de quatro anos. A minha pergunta é, não está objetivamente nos planos de atividade do município nem no plano plurianual, há alguma perspetiva de como se pode fazer isto indo ao encontro da legislação? Abandonámos a Carregueira, abandonámos o Terrim, isso é solução ou não vamos por aí e vamos, por exemplo, em face da redução do número de alunos, por exemplo, na Alberto Valente abrir lá mais salas de pré-escolar em detrimento de salas do primeiro ciclo. Penso que é uma questão que terá que ser equacionada mas que com a redação que está colocada aqui no relatório, enfim, deixa algumas dúvidas para quem só lê o relatório.

Finanças, este Executivo é um Executivo de contas muito cautelosas e, portanto, aquilo que aqui aparece, enfim, há um decréscimo nada significativo na Receita, há uma Despesa que cresce, enfim, mais ou menos significativamente mas também não é por aí além, mas eu detenho-me naquilo que habitualmente me detenho e que tem a ver com os impostos diretos e com os indiretos. A nível dos diretos mais uma vez se revela o crescimento do valor do IMI, o valor de dois mil e catorze até trinta e um de agosto era de oito milhões e quatrocentos mil e de janeiro a agosto de dois mil e quinze é oito milhões e setecentos mil, assim como também há um acréscimo ao nível da DERRAMA de alguns euros, mas há, de acordo com os números que estão aqui."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Mas isso tem uma explicação que eu já lhe dou."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Oh Sr. Presidente, eu até lhe posso dizer que a explicação que me pode dar até pode ter a ver por exemplo com os cinco milhões de euros, aliás com o milhão e meio de euros que foi inscrito em janeiro de dois mil e catorze e que este ano nós não tivemos esse milhão e meio de pagamentos anteriores, portanto, temos aqui muitas contas que podíamos fazer mas estamos a ver este quadro e em face deste quadro é a minha questão que não é questão, é uma afirmação. Ou seja, continuamos na senda que temos vindo de há muitos anos a esta parte de crescimento do IMI …"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Oxalá tenha razão!"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

Sim, terei razão com certeza! Ouça, tenho razão. Tenho tanta razão que até está a receber, ou recebeu, até junho mais trezentos e quarenta e sete mil de transferências correntes de participação de IRS quando também os Vereadores do Partido Socialista propuseram as questões do IRS o senhor disse que eram migalhas que se davam ao pessoal e não valia a pena ir por aí.

Há acréscimo de IMI, há decréscimo de DERRAMA, há decréscimo de outros imposto objetivamente mas há inclusivamente nesta variação transferência correntes de participação do IRS no valor de mais trezentos e quarenta e sete mil euros, portanto são os impostos que fazem claramente avolumar este bolo que aqui está e digo-lhe em abono da verdade que a saúde financeira da autarquia, às vezes, não compagina muito, enfim é uma saúde financeira relativa mas é uma saúde financeira como se calhar há alguns anos não tinha, com esse discurso um bocadinho não quereria dar este termo miserabilista mas um bocadinho de miúdo de ah fazemos aqui porque as verbas não chegam, ah fazemos aqui porque as verbas não chegam. A Câmara, neste momento, tem uma boa capacidade de endividamento, tem um orçamento que é curto mas que é minucioso e pode de alguma maneira jogar aqui com muitas coisas que tem na sua mão para fazer. É evidente que pode não fazer agora e fazer daqui a mais ano e meio, que é mais interessante, mas o que é facto é que há em toda a estrutura da Receita e em toda a estrutura da Despesa estes indícios.

Genericamente era isto, não vou a voltar a falar do cinema do Pinhal Novo que não vale a pena.

Muito obrigado Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há mais alguma questão a colocar ao Sr. Presidente sobre este ponto?

Sr. Presidente, eu pedia que fosse breve na resposta, está bem? É que estamos já com a hora um bocadinho adiantada."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Vou tentar Sra. Presidente, mas sem prejudicar o esclarecimento.

Relativamente às questões suscitadas pela Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto, desratização e desbaratização a decorrer. É um procedimento que é feito anualmente, tem um valor global e está sempre a decorrer em função das necessidades, ou seja ninguém no mundo faz desratização, ou desbaratização, na totalidade dos espaços e das redes, atua onde o fenómeno se manifesta. Nós temos tido intervenção em Pinhal Novo, conheço vários casos até complicados numa zona reiterada, no Poceirão também tive conhecimento, Quinta do Anjo, Palmela e Centro Histórico de Palmela foram as mais recentes. Depois, dizer-lhe que, curiosamente, aqui há cerca de dois meses alguém entendido nestas questões das pragas e do clima referia que este bom tempo que temos tido tem estado, também, a contribuir para um ano atípico no que diz respeito a este tipo de pragas, mas, pronto, isto é só uma informação para quem gosta de ler

atentamente muitos jornais, foi até um artigo muito interessante. Para lhe dizer que à medida que há manifestação de necessidade, ou que algum munícipe nos alerta, a empresa desloca-se ao local e faz o seu trabalho. Depois não intervimos em fossas sépticas porque são da responsabilidade dos moradores e cada um tem que ter esse cuidado, agora eles não podem é contribuir como alguns que eu conheço não tratando dos seus espaços, sejam fossas sépticas, sejam dos seus quintais, como muitas vezes acontece no campo, para que os vizinhos tenham depois também os seus espaços privados devassados por animais que deveriam ser controlados.

Meu caro amigo e Membro da Assembleia José Carlos de Sousa, transportes, pois é são muitos quilómetros e poderia até dizer-lhe, mas não lhe vou dizer só isto, que tem que ver também com o conjunto de apoios e transportes que fazemos ao movimento associativo mas tem sobretudo a ver com a extensão do nosso território, Sr. Membro da Assembleia. É que cada vez que nós vamos, como estamos neste momento em simultâneo a trabalhar na Loja Nova a fazer drenagem de águas pluviais, quando vamos capinar às Faias ou quando temos de ir arranjar a entrada da Penalva, em Vila Amélia, nós fazemos por dia em todas as viaturas das redes, das roturas, de transportes de mercadorias, de ir buscar peças, ou seja aqui isto nunca foi tão transparente porque é assim que nós analisamos os custos e tem que ser por aqui. Temos, de facto, muitas viaturas a trabalhar e a circular diariamente num concelho que tem uma enorme extensão.

Carta Educativa rede pública, pelo discurso de V.Exa. eu até pensei que estava numa república socialista porque queremos, de facto, a estatização total da resposta do ensino. Mas não, nós estamos, de facto, numa sociedade mista, o meu partido também defende, e temos tido a preocupação no âmbito da Carta Educativa de estruturar a resposta respeitando a oferta solidária e a oferta privada. Aliás eu sou do tempo em que V.Exa. até pertencia a órgãos sociais de uma atual Fundação em que quando começámos a fazer grandes investimentos, eu ainda não era autarca do município era apenas de freguesia, duplicando uma oferta que era manifestamente insuficiente nas salas do pré-escolar o setor solidário, sobretudo, ficou altamente preocupado que iria ter que fechar salas, iria ter que pôr pessoas no desemprego. O que o Estado tem de assegurar é que dentro destas três respostas tem que acomodar os cidadãos e tem, naturalmente, que investir naquilo que é público mas também apoiar aqueles que são forçados a ir para o solidário ou para o privado, que são forçados não é por outro tipo de opção, mas isto levar-nos-ia a discorrer sobre outro aspeto. Nós, Sr. Membro da Assembleia, eu não me incluo nesse plural majestático e nós não abandonámos a Carregueira, nós não abandonámos o Terrim, fomos levados a abandonar por outras entidades que fazem regras nesta matéria. O que nós temos previsto é que nós temos uma ampliação na escola de Aires para fazer, temos uma remodelação da escola de Águas de Moura para fazer e temos um projeto muito mais ambicioso que pode ser, a designação é esta por enquanto porque já não lhe podemos chamar outra coisa, a ampliação da António de Matos Fortuna. Nas negociações entre o Estado Português e Bruxelas, em fevereiro, já estava decidido que não voltaria a haver verbas nem fundos comunitários para a educação e houve duas comunidades intermunicipais e uma área metropolitana, nomeadamente a de Lisboa que até era apontada como uma daquelas que tinha os melhores rácios nesta matéria e que tentava dizer atenção que o muito investimento na educação não é só o problema da Parque Escolar, se gastou muito ou pouco, continua a haver necessidades nestas zonas independentemente de haver menos crianças mas continua a haver necessidades até de remodelar as escolas porque elas hoje têm que ter outras ofertas, não é, outros espaços para as atividades, outros prolongamentos de horários e, portanto, este trabalho da reabilitação do parque escolar nunca estará terminado. Em boa hora se conseguiu inverter isso e também no PORLisboa, temos até atas muito curiosas de discussão dessa matéria e nós temos estas três escolas integradas no Pacto de Coesão de Desenvolvimento Territorial da AML devidamente aprovada.

Nós continuaremos a fazer a gestão de entre esta oferta que existe na comunidade e sobre esta tentativa de universalidade, etc., enfim isto não se faz só por decreto tem que se fazer com outras medidas concretas, não é, e sobretudo não se faz por decreto porque quem faz as leis depois se demite da responsabilidade de as executar. Se for esse o caminho, se quiserem que as crianças comecem a entrar aos dois anos tudo bem, apoiem as autarquias para esse efeito e nós cá estaremos para o que estamos a fazer neste momento com experiências em prolongamentos que não existiam em zonas onde temos que ter outro tipo de oferta para que as pessoas não deixem de utilizar esses bons equipamentos, que é o caso no Agrupamento de Poceirão/Marateca em que o prolongamento é mais cedo e mais tarde e em que iremos, também, levar nalguns agrupamentos a que o fecho do pré-escolar não seja como foi este ano a três de julho e possa ser um bocadinho mais para a frente. Estamos a fazer essas experiências até porque, como já tivemos oportunidade de discutir numa reunião de Câmara, nem todas as comunidades têm as mesmas necessidades

nesta matéria e é isso que estamos a fazer. Portanto, nós continuaremos a investir na rede pública, visitei escolas, vi quais são aquelas que estão efetivamente lotadas, não é sobre, nem super, nem infra, estão lotadas e aquilo que temos definido como os próximos passos através da monitorização da Carta Educativa com a necessidade que houve de rever os dados demográficos, e outros comportamentos mobilidade das nossas populações por necessidades de transporte, trabalho, família, etc., leva-nos a crer que as medidas que temos lá gizadas vão ser aquelas que vão corresponder a estas necessidades mas sem cilindrar a outra oferta que existe na nossa comunidade e que os cidadãos livremente entendem escolher.

Uma última nota sobre a questão dos impostos, o senhor pode fazer as leituras que quiser dos dados mas há-de convir que tem que haver outros parâmetros de análise. Desde logo fazer a comparação dos meses num ano em que os momentos de pagamentos se alteraram com a possibilidade que houve de quem paga mais de quinhentos de vir a dividir em três, etc., etc., vai dar desvios de análise de apreciação. Mas aquilo que nós temos de analisar aqui, e posso dizer que tenho os dados da execução em trinta e um de agosto e que temos só nesta área menos seiscentos e cinquenta mil euros de impostos indiretos, e aquilo que temos que fazer é na página setenta é perceber que no domínio da receita, o meu amigo, nos impostos diretos que o IMI, a DERRAMA que referiu, o IMT, o Imposto de Circulação, Impostos Abolidos, faça as contas. Tem aqui menos novecentos mil euros, agora vamos ver como é que isto se vai comportar até final do ano e nós estamos a fazer essas estimativas. Sobre as discussões que já tivemos sobre a projeção do IMI os resultados estão a dar-nos razão, porque houve de facto fenómenos de recuperação de receita de anos anteriores, etc., etc., que enviesaram as leituras sobretudo as defendidas pelo Partido Socialista, mas teremos oportunidade depois de debater essa matéria.

Somos uma autarquia rica? Não, eu creio que somos uma rica autarquia e não deixámos de ter dificuldades. Devo dizer a V.Exa. que relativamente à questão do IRS, a tal distribuição das migalhas, é que, de facto, nós não distribuímos migalhas, nós vamos muito mais para além daquilo que arrecadamos no IRS nas funções sociais. Convido-o à acompanhar aquilo que fizemos recentemente aumentando o valor por aluno na verba para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, de seis e meio para oito. Convido-o a acompanhar, e a reconhecer, a medida que acabámos de aprovar, numa das últimas reuniões de Câmara, de passar de cinquenta para sessenta e cinco os apoios socioeducativos, entre outras questões que quando fizermos a análise da aplicação pelas várias áreas V.Exa. vai ter que ser forçado a concluir que, de facto, reinvestimos muito mais nas áreas sociais do que aquilo que arrecadamos no IRS. Mas os senhores têm uma boa solução porque, aliás, têm fama de milagreiros vamos ver se conseguem enquanto estiverem no Governo nestas questões do IRS, façam o favor de repor as tabelas como estavam que os portugueses agradecem.

Depois quanto à questão se temos discurso miserabilista, Sr. Membro da Assembleia eu desafio V.Exa. a dizer onde é que eu tenho o discurso miserabilista. Aliás tenho sido acusado, de promover tanto Palmela, a sua dinâmica, etc.,etc., por colegas seus e às vezes interpelado pelos jornalistas que me dizem: *"Então mas não há problemas em Palmela?"* Claro que há problemas em Palmela, muitos e de toda a natureza, portanto eu não tenho um discurso miserabilista tenho é um discurso determinado e comprometido e, obviamente, realizamos cada vez mais com menos dinheiro. O senhor esteve cá noutros tempos e sabe quais eram os orçamentos que tínhamos e, portanto, estamos a concretizar e aquilo que hoje arrecadamos é até manifestamente insuficiente para o nível de compromisso que já temos e que vamos precisar porque vamos ter que pedir dinheiro emprestado, felizmente temos capacidade de endividamento dá-nos razão a nossa gestão, de facto, foi correta e rigorosa mas não foi uma gestão para deixar de fazer coisas, não. Ao contrário de outros nós quando tivemos que chegar a valores de IMI que, obviamente, não nos satisfez tomar essa medida. Aquilo que estamos a fazer hoje permite-nos confirmar que foi a opção correta, é porque outras autarquias que fizeram o inverso hoje estão a ser forçadas a aplicar os cinco, percebe? Eu posso-lhe dar alguns exemplos quer de autarquias socialistas quer de autarquias do partido social democrata.

Relativamente ao cinema Sr. Membro convido-o a ir ao cinema no sábado à tarde, o filme chama-se a "Revolta dos Perus" eu tenho na minha agenda para levar lá o meu filho, vai ser um excelente filme de animação. Não gosta de peru? Eu também gosto mais de peito de frango. Para lhe dizer, por acaso já disse ao Sr. Vereador, que acho que aquilo devia ter sido noutro fim de semana porque a Feira Medieval também é um evento para a família e agora estou dividido. Naturalmente incomoda V.Exas. que estejamos a fazer e há sempre necessidade de desvalorizar mesmo quando não há um bom argumento para tal. Poderemos fazer sempre mais, mas nós estamos, de facto, olhe primeiramente fortemente empenhados em lançar a

obra de recuperação e reabilitação do Auditório Municipal que não foi lançada porque não vamos reabilitar só o Auditório, vamos reabilitar toda a Biblioteca e, portanto, passou de setenta para cento e setenta mil euros mas é uma obra necessária porque um equipamento que já tem catorze anos está a precisar de ser bem conservado e de um grande investimento, mas temos lá muita programação e …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, precisamos de concluir este ponto está bem?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…e já agora dizer-lhe que isto não é cinema em DVD, são películas alugadas e também tem custos e estamos a voltar à programação regular do cinema.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem. Então vamos passar ao ponto número dois."

PONTO DOIS – Desafetação do domínio público de parcela de terreno localizada junto à rotunda poente da Alameda 25 de abril e posterior permuta por prédio urbano sito no Largo do Chafariz D. Maria I

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, eu tentaria apresentar sumariamente e a proposta porque, de facto, o que se pretende é desafetar do domínio público uma parcela de terreno para ela poder posteriormente ser permutada, passando para o domínio privado municipal, com um outro espaço que o município considera fundamental para requalificar toda aquela zona envolvente ao Chafariz D. Maria I e também criar ali um espaço mais acessível com alguma oferta de estacionamento mas, sobretudo, um espaço requalificado fazendo e empurrando o posto de combustível, que também terá um figurino especial, para uma das outras pontas da Alameda 25 de Abril.

Penso que não vale a pena ler os articulados e as restantes questões e os considerandos são claros."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, há alguma questão sobre a proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito rapidamente para informar, depois poderei fazer chegar até por escrito por e-mail os nossos considerandos porque penso que será mais fácil, que nos vamos abster.

A apreciação da Bancada do Partido Socialista resulta não que não reconheçamos, e reconhecemos, que é urgente resolver um problema que já se prolonga há muitos anos, que a atual situação do posto de abastecimento, conforme vem nos considerandos da proposta, é negativa em vários aspetos e concordamos com os considerandos mas temos algumas dúvidas talvez porque o Sr. Presidente agora acabou de dizer que o posto vai ter um figurino, se calhar, futurista e especial mas como nós não o conhecemos,

efetivamente, a não ser a localização e é sobre esta que nós temos algumas dúvidas, porque pensamos que ela comporta em si alguns problemas.

Citaria pelo menos dois, o problema da segurança e da segurança sobretudo para os jovens que se deslocam para, e de, Escola Secundária para a Vila e para o transporte público uma vez que parece-nos, se não lemos mal, pelo desenho em presença que há ali uma conflitualidade entre a passadeira que é mais utilizada pelos jovens e um dos limites do posto. Temos algumas dúvidas, logicamente uma vez perante o projeto e perante a situação em concreto podem essas dúvidas serem retiradas. Neste momento levantamos esta questão da segurança sobretudo porque quer de manhã, quer à hora de almoço, quer ao fim da tarde aquela passadeira, e aquele local, é muito utilizado por grupos de jovens.

Depois há ali uma situação que nos preocupa também em termos de conflitualidade com o tráfego, nomeadamente, nós estamos numa entrada poente da Vila de Palmela, há uma rotunda, há uma confluência com a estrada para o Vale dos Barris, há uma confluência com a rua Helena Cardoso de acesso aos moinhos e há ali um conjunto de confluências que em certas horas do dia tem uma intensidade de tráfego que gera, já neste momento, alguns problemas e, portanto, vamos ali criar mais uma entrada e saída de veículos e mais uma situação que pode conflituar situações perigosas de tráfego.

Nessa medida e de acordo com estas duas questões que levantamos e que não põem em causa, na nossa perspetiva, a necessidade de fazer algo e retirar a bomba do sítio onde ela está, esperamos pelo projeto, esperamos pela tal inovação para percebermos então se estes aspetos foram tidos em conta e se, efetivamente, como desejamos eles não conflituam também com uma outra hipótese que me estava a esquecer que é a história dos acessos aos autocarros, que vão ter que entrar no local de estacionamento por detrás da bomba, penso eu. Não sei como é que ali, essas conflitualidades todas vão ser geridas e se, efetivamente, não vamos ali correr algumas situações que podem vir a ser negativas em vários aspetos. É nessa base a nossa abstenção esperando, sinceramente, que a bomba saia do sítio onde está, esperando não ter razão e que tudo isto com um projeto devidamente dimensionado, e bem feito, possam todas estas questões que aqui levantamos não virem a ser consideradas.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão sobre a proposta? Faz favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não vou repetir alguns dos considerandos que também íamos dizer, nomeadamente o acesso aos autocarros, também o aspeto do impacte ambiental e paisagístico a crescer, a localização junto a uma rotunda.

Também a proposta refere aqui a avaliação interna dos respetivos terrenos, que poderemos vir a pedir para ter acesso a isso, e referir que o abastecimento de combustíveis estava, efetivamente, desativado.

No âmbito da nossa liberdade de votação vamo-nos abster referindo que, no nosso entendimento, a proposta devia conter mais alguns dados relativamente à bomba e ao tal projeto, mas da planta de localização consta uma língua mesmo junto à rotunda na confluência de várias estradas não consideramos do ponto de vista da segurança ser o local adequado e como tal a nossa abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Alguma outra intervenção sobre este assunto? Então, Sr. Presidente por favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Nada a comentar Sra. Presidente. A proposta é sobre a permuta, quanto à localização e ao projeto é no âmbito da competência da Câmara e depois haveremos de discutir na própria Câmara."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem. Então vamos votar a proposta número dois."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor da CDU e onze abstenções (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Os pontos três, quatro e cinco, são muito idênticos se pudessem ser discutidos em conjunto para avançarmos. Da nossa parte não temos qualquer tipo de objeção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Sr. Presidente, se estiver de acordo podia juntar a informação."

PONTO TRÊS – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: Carmongado – Sociedade Agro-pecuária, S.A.; Procº: E-501/86; Local: Poceirão

PONTO QUATRO – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: Metalomecânica 3 Triângulos, Lda.; Procº: A-7/01; Local: Rua do Olho Ferrenho – Salgueirinha – Pinhal Novo

PONTO CINCO – Interesse público municipal na regularização do estabelecimento no âmbito do regime excecional de regularização, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro; Reqte: José Fernando Simão Parreira; Procº: E-83/00; Local: Fonte da Vaca

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Concordo, com certeza.

As propostas visam, as três, que possamos em Assembleia fazer este reconhecimento do interesse público municipal na regularização destas atividades que existem no nosso território. São atividades, muitas delas, já instaladas há alguns anos e que têm hoje problemas com o ordenamento do território, quer ao nível de servidões quer por via das necessidades de ampliação e devo dizer que uma delas, no caso da Carregueira, até decorre de um erro de cartografia quando se procurou no PDM criar um chamado perímetro urbano na zona da Fonte da Vaca e que não há necessidade de criar ali nenhum perímetro urbano. Aliás essa designação desaparece hoje no novo regime, são pequenos aglomerados, e essa classificação é que veio um bocadinho conflituar com uma atividade de sempre existente e que aliás até se calhar esteve na base do

topónimo daquele lugar. Noutros casos não foi isso que aconteceu, as atividades foram-se instalando umas antes do PDM e outros edifícios já depois do PDM e, de facto, há aqui este conjunto de inconformidades.

Mas esta, volto a repetir, é uma possibilidade, é um regime excecional em que é aferida a importância da atividade económica para o concelho e é também sobrepesado os aspetos de custos que eventualmente haveria se tivessem de ser desativadas naquele local. É nessa lógica que a administração central criou este regime excecional e aquilo que estamos aqui a fazer é apenas dar um primeiro instrumento para que o processo possa ter seguimento junto de outras entidades ambientais, e outras, que hão-de pronunciar-se e depois veremos o desfecho. Em nosso entender desde que sejam preenchidos os requisitos essenciais para vir aqui a deliberação este interesse público, consideramos que não devemos impedir nenhuma das atividades de percorrer depois o resto do caminho e que pode ter sucesso, ou não, porque tem que percorrer outros crivos de análise, mas daquilo que nos é possível e que é legalmente requerido para a avaliação neste momento a informação consta de cada uma das propostas.

Depois também dizer aqui, isto mais porque já foi suscitado noutras reuniões, e até por Membros da Assembleia que não estão cá hoje, que é a questão do número de trabalhadores se são muitos, se são poucos, se vale a pena. Para nós todos os postos de trabalho são importantes mas a importância da atividade não tem que ver só com o número de trabalhadores, também tem que ver com o volume de negócios. Também nesta perspetiva é importante perceber que não podemos ter um critério só para as grandes empresas, como estão aqui algumas que vão em cento e vinte trabalhadores como é o caso da Metalúrgica 3 Triângulos, não sei se esse número está aqui mas garanto-vos que já tem esse número de trabalhadores, como é importante uma empresa que sendo uma micro/média empresa tem dois trabalhadores. Se o regime existe deve permitir que as empresas, preenchidos estes primeiros requisitos, possam vir a obter esta carta verde do município para começarem a tratar do resto no percurso duro que vão ter que percorrer junto das outras entidades.

As outras questões de pormenor, deixaria para a discussão se os Srs. Membros da Assembleia assim o entenderem."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, muito bem.

Há alguma questão Srs. Membros da Assembleia? Por favor, Partido Socialista."

O **Sr. Ricardo Marques do PS:**

"Muito boa noite. Em nome da Sra. Presidente da Assembleia cumprimento todas e todos aqui presentes.

Já que estamos a discutir as três propostas, indico que o Partido Socialista votará favoravelmente as três propostas na base do que aqui já foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, concordamos plenamente.

Efetivamente existem razões para o nosso voto favorável, razões económicas e sociais. Concordamos que cada posto de trabalho tem o seu valor e as económicas, acho que não é preciso referir porque são empresas que têm a sua atividade económica no nosso concelho e devem ser apoiadas quando mostram interesse para regularizar a sua atividade.

Contudo as questões ambientais e, tudo, sendo um processo longo, este é um primeiro passo como já aqui foi referido noutras propostas, achamos que essas questões ambientais terão sempre a consideração ao longo do processo, e é só. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Então mais alguma questão? PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Queria só aqui um pequeno esclarecimento relativamente à proposta número cinco, em nome de José Fernando Simão Parreira, fala-se aqui da área registada de dois mil quatrocentos e sessenta e dois vírgula oitenta e cinco metros quadrados mas, contrariamente, na quatro fala-se numa área prevista para eventual ampliação e na número três também não se fala qual é a área de implantação e fala-se só da área registada. Ou foi lapso meu porque não li bem, mas penso que não estive aqui a ver. Qual é a área prevista depois para essa implantação e possível alargamento que não está contida na proposta, já sabemos Sr. Presidente ou não?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma questão? Não? Então Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Bom, se bem entendi a questão da Sra. Membro da Assembleia eu faria previamente um esclarecimento porque pode dissipar.

Num caso pode estar referida a questão da ampliação porque ela já é existente no local. Atenção que este regime é, efetivamente, para as coisas que já estão em desconformidade com o território. Uma empresa que hoje tenha tudo legalizado e que queira ampliar e que não possa por desconformidade com o instrumento de gestão territorial não pode beneficiar desse regime, que essa é outra questão, esse tem de esperar pela alteração PDM e ver se a sua pretensão tem enquadramento e vai ter aceitação das múltiplas entidades que irão opinar sobre o assunto e talvez, por isso, não tenham todas essa menção. Há umas que logo as pré-existências já estavam ilegais à partida, outras tinham uma licença de utilização, há aqui duas pelo menos que tinham já licenças de utilização emitidas, mas entretanto aquilo que fizeram no terreno foi muito mais do que aquilo que era permitido. Não deverei ter respondido, se calhar, na totalidade à sua preocupação mas …"

O **Sr. António Mestre da CDU** ausentou-se da sala pelas 23:36 horas

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho:**

(Intervenção não audível na gravação por não ter sido usado o microfone).

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não se conseguiu perceber."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Pronto, de grosso modo, é aquilo que eu disse só com mais rigor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não conseguimos foi perceber e ouvir, peço desculpa Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"No primeiro caso é a proposta número três, a área que está registada é a área que está licenciada mas depois existe uma outra ampliação que ultrapassa, de facto, esta área.

Sra. Presidente, não se importa que eu delegue na Sra. Vereadora Fernanda Pésinho a explicação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Claro, claro. Sra. Vereadora Fernanda Pésinho.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho:**

(Intervenção não audível na gravação por não ter sido usado o microfone).

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu só referi isto porque nalgumas propostas vem essa informação completa e noutras não. De futuro acho que devia ser contida na proposta, não é? Estamos esclarecidos."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, podemos votar as propostas?"

Submetida a proposta do Ponto Três a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

Submetida a proposta do Ponto Quatro a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

Submetida a proposta do Ponto Cinco a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO SEIS – Regulamento do Projeto Eco Famílias

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos então ao ponto seis, Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Trata-se duma proposta de Regulamento do Projeto Eco Famílias, um projeto de certa forma inovador, apesar de existirem alguns do mesmo género e com o mesmo objetivo, aí em cerca de uma dezenas de municípios, pelo *benchmarking* que fizemos.

Tem que ver com as questões do ambiente e da energia que também são prioridades para o município e que são responsabilidades que são transversais a toda a sociedade e, portanto, pretende-se também envolver os cidadãos e a família nestes objetivos ambientais de protegerem o ambiente e contribuírem para a redução de CO2. Como é ao nível da família que se ganham, precisamente, alguns dos mais importantes desafios neste domínio, recordar que o município ao aderir ao pacto dos autarcas comprometeu-se, e é o município não é a câmara municipal são as empresas, os cidadãos, todas as instituições, a contribuir para a redução das emissões de dióxido de carbono em mais de vinte por cento até dois mil e vinte.

Isto passa pelo uso eficiente da água, por uma mobilidade sustentável, pela reutilização, pela redução, pela reciclagem de resíduos e, portanto, faz todo o sentido também que parte do investimento municipal em educação e sensibilização ambiental seja vocacionado para as famílias com este projeto específico a par de outras ações que fazemos, em particular para os mais jovens mas também para todos em geral.

Pretende-se com este projeto apoiar as famílias na formação ambiental e desta forma o município estará também a obter ganhos para o ecossistema mas também para a coesão social já que ao adotarem práticas mais sustentáveis no seu quotidiano os cidadãos irão contribuir para um melhor ambiente mas, também, para ganhos na economia familiar.

Os objetivos do Projeto Eco Famílias serão aumentar a eficiência energética em casa das famílias com a consequente redução de consumos energéticos e emissões de CO2, aumentar a utilização de fontes renováveis de energias, aumentar a eficiência hídrica e a redução do consumo de água, aumentar a separação de resíduos e reduzir a sua produção, aumentar a participação na compostagem doméstica e contribuir para o aumento da utilização dos transportes coletivos e/ou modos de mobilidade suave e/ou condução ecológica e fomentar o consumo sustentável.

É um programa de educação ambiental, que tutoria muitas ações de formação e sensibilização e que tutoria porque o comportamento destas famílias que virão a ser selecionadas por via deste Regulamento pretenderão, enfim, depois constituir um estudo para replicar progressivamente em anos seguintes mas visam acompanhar os seus comportamentos e monitorizar, efetivamente, os ganhos neste domínio.

Ações de diagnóstico, desde logo formação, sensibilização, visitas, medidas concretas de instalação de equipamentos como redutores de caudal, lâmpadas eficientes, dispositivos emissores de LED, compostores, vinte famílias numa primeira fase distribuídas pelas cinco freguesias e, depois, o Regulamento obviamente tenta definir um conjunto de normas para este primeiro ensaio.

Eu ficaria por aqui Sra. Presidente, e disponibilizar-me-ia para as questões sobre a proposta."

O **Sr. António Mestre da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:40 horas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim senhor, para alguma dúvida, muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, alguma questão sobre esta proposta, sobre este Regulamento? Partido Socialista, Sr. Membro Raul Cristóvão."

O **Sr. Raul Cristóvão do PS:**

"Muito obrigado Sra. Presidente.

Muito rapidamente saudar, apesar de tudo, apesar deste Regulamento e deste Projeto Eco Famílias tudo o que for para melhorar o ambiente é sempre um bom projeto, embora nos pareça minimalista uma vez que, ao contrário do que prevíamos ou do que até se previa no Plano de Ação da Energia Sustentável de Palmela, só abrange vinte famílias. Achamos o número muito redutor mesmo para início porque, no fundo, pelos cinco territórios dá quatro famílias por território o que parece-nos a nós bastante reduzido e se poderia ter ido mais além e que se deveria ir mais além.

Se é verdade que o caminho se faz caminhando e se é verdade que, às vezes, é bom ir devagar para não haver acidentes de percurso também é verdade que, em termos de ambiente, o ambiente não espera. A terra não espera, o sistema não espera e é preciso avançarmos mais depressa porque já perdemos muito tempo com estas questões e acho que neste momento é líquido que é preciso fazer mais e é nas famílias que se pode fazer mais, porque é nas famílias, em todo o tipo de famílias, que essa intervenção deve ser prioritária.

Apesar de ser uma boa medida, parece-nos ser uma medida minimalista e que deveria ir mais além até de acordo com o que está previsto no Plano de Ação da Energia Sustentável de Palmela e que deveria abranger

cerca de três mil famílias e, portanto, achamos que é por aí que devemos tentar ir e se vamos por este ritmo vamos muito devagar e vai ser difícil lá chegar.

Depois, deixar uma pergunta só e uma preocupação. Em relação aos edifícios camarários e nomeadamente também à frota automóvel para quando, quando houver substituições, a introdução de automóveis elétricos em determinadas situações porque é possível hoje, e já em muitas autarquias existem, e já têm autonomia suficiente para circular mesmo num território extenso como o nosso. Para quando a certificação energética dos edifícios camarários? Está feita? Parece-me que não está, e penso que é bom começarmos também a dar o exemplo nas nossas casas, porque temos que trabalhar também naquilo que é nosso para exigir aos outros e depois incentivar e ir às escolas, desde o primeiro ciclo até ao ensino secundário. Acho que é importante porque já houve projetos destes e há projetos interessantes nalgumas escolas e era importante que isso também fosse objetivo deste Projeto Eco Famílias que também chegasse à escola porque a criança da escola leva muito para casa para a família e faz mudar muitos comportamentos. É um agente ativo na mudança de atitudes e comportamentos, pelo que pensamos que podemos ir por ali.

Nós votamos a favor, logicamente, mas pensamos que há mais a fazer e mais a fazer no sentido do ambiente.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Penso que havia um pedido. Carlos Vitorino, por favor."

O **Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP:**

"De referir que a nossa opinião é que se trata de um projeto positivo sendo certo que, como referiu o Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, é necessário mais ações e maior sensibilização tendo sempre que se começar por algum lado e obviamente que este processo é salutar.

Tenho só aqui uma dúvida no artigo quinto, relativamente às inscrições no seu ponto número três a definição do território é de vinte famílias sendo quatro por cada território correspondente a cada uma das cinco freguesias existentes antes da reorganização administrativa do território das freguesias. Gostava de saber o porquê de não ser o território das atuais freguesias, até pela componente populacional porque a verdade é que residem muitos mais munícipes nas três outras freguesias do que na freguesia agregada. Ao estarmos aqui a fazer separação se não estaremos aqui a privilegiar o território em detrimento da população em vez de se fazer algo que fosse mais igualitário, por exemplo cinco famílias por cada freguesia e aí a União das Freguesias teria cinco famílias. É apenas uma questão que nos parece aqui, talvez, mais ideológica do que equitativa mas só a população de Pinhal Novo é metade do concelho de Palmela e só terá direito a quatro famílias, isto é apenas uma constatação relativamente ao resto e não é por isso que, obviamente, deixaremos de votar favoravelmente e achamos que é de evoluir sempre neste sentido e neste tipo de ações. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Mais alguma intervenção? Então, Sr. Presidente, penso não há propriamente questões mas tem a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Conforme foi dito este é um projeto de tutoria, apesar de parecer uma coisa simples e que mobiliza poucos recursos, e que vão ter oportunidade depois de ver quando discutirmos o Orçamento, de facto o fornecimento de lâmpadas, de redutores e de compostores, etc., etc., não é nenhum investimento de centenas de milhares de euros são poucos mil euros. O que se pretende é fazer uma experiência mas tem muito mais investimento na área da sensibilização e da tutoria, nós vamos ter praticamente um técnico

municipal só afeto, não pode estar infelizmente porque temos poucos, mas vai ter que dar uma grande atenção a este projeto se queremos fazer um trabalho sério porque nós conhecemos outras experiências e isto não pode ser para "inglês ver", é mesmo para fazer a sério e também as famílias que não estiverem a sério nisto também hão-de dar lugar a outros.

Mas já que falamos no PAESP (Plano de Ação da Energia Sustentável de Palmela) há que ter aqui uma visão mais abrangente e não fazer uma interpretação redutora sobre a dimensão e o impacto destas medidas que, obviamente, isto é uma gota de água mas o município está a tomar medidas muito concretas que estão referidas no PAESP. Eu tenho aqui uma listagem mas não vou maçar-vos, mas já que falou nos edifícios municipais dizer para já que há edifícios que têm certificação energética que a lei impõe, outros mais antigos não tendo tiveram quase todos já auditorias energéticas e sabemos onde é que temos mais consumos. Estamos no edifício municipal que tem mais consumo por uma razão simples, é, de facto, um dos mais utilizados nos seus vários espaços, é uma construção de que nos devemos orgulhar todos mas à época as soluções de iluminação privilegiaram sobretudo muitos aspetos estéticos e a tecnologia que havia na altura. Hoje eu posso aqui anunciar quase em primeira mão que nós desenvolvemos um procedimento, aliás já está praticamente adjudicado, com um investimento de trinta e seis mil euros num projeto-piloto neste edifício com uma tecnologia inovadora que permite em cinco anos reaver o investimento feito e economizar bastante através da redução da fatura, naturalmente, e que será também um projeto-piloto porque o software permite analisar os fluxos, a intensidade, o número de utilizações, as horas e que este é um bom exemplo daquilo que gostaríamos de fazer a todos os edifícios municipais mas que é humanamente e financeiramente impossível, mas lá iremos. E lá iremos sobretudo se houver, da parte de quem faz tanta apologia destas questões, efetivos e incentivos a.

Depois, vou-lhe só citar duas ou três medidas que estão no PAESP e que nós candidatamos ao POSEUR e ao Pacto nomeadamente as questões de eficiência energética nas piscinas municipais, caldeiras, etc., coletores térmicos também para escolas, entre outras, e vão ser investimentos que ainda vão custar ao município centenas de milhares de euros porque, infelizmente, nós nunca temos a comparticipação desejada. Neste caso é cinquenta porque é no Pacto, porque sendo no Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial infelizmente e só recebemos cinquenta por cento. Depois há um conjunto de outras medidas, mesmo quando se fala da nossa frota que naturalmente é uma frota envelhecida, e não havendo apoios também para a renovação da mesma, estamos a fazê-la com um plano bem estudado recorrendo a vários instrumentos financeiros nomeadamente a leasing e já este ano fizemos aquisições, uma nova carrinha de nove lugares, uma nova retro, um novo trator corta relvas, no próximo ano começamos a substituir mais carrinhas, no ano seguinte autocarros, enfim, e procuramos sempre as tecnologias mais amigas do ambiente. Mas estava a citar-lhe este aspeto para dizer que ações simples nesta área como a formação em eco condução, que foi feita com os nossos motoristas, aumenta o tempo de vida útil dos carros e reduz, de facto, as emissões de CO2 porque há, de facto, comportamentos até na condução que sendo coisas simples de alterar têm efeitos às vezes incomensuravelmente superiores a outras coisas que se pretende fazer com grande divulgação e propaganda.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós temos a consciência que são poucas famílias mas faremos a avaliação no final do primeiro ano e depois tomaremos outras medidas. Isto faz-me lembrar o processo das hortas comunitárias, nós temos que ir sentindo a adesão das pessoas e fico muito feliz por saber que hoje não há talhões abandonados nas hortas e que há lista de espera, e que depois de Pinhal Novo e Palmela já demos luz verde para se começar a fazer a primeira na Quinta do Anjo. Isto vai crescendo não só à medida das disponibilidades do Orçamento Municipal mas também da avaliação que é feita dos projetos, porque não vale a pena mantê-los artificialmente.

Procuraremos depois ir dando nota de como estas coisas vão correndo, mas creiam que no que diz respeito ao PAESP há muitas outras medidas, as empresas são aquelas que estão um bocadinho mais atrasadas e curiosamente são aquelas que têm maior quota de responsabilidade. Embora eu costume dizer, e até tive este desabafo numa das últimas reuniões de Câmara, que quem me dera a mim que não cumpríssemos o PAESP na parte da indústria porque havia mais vinte industrias a laborar e, portanto, logo no observatório energético vão dar maiores consumos mas isso era por uma boa razão porque, efetivamente, tínhamos mais indústria e mais emprego. Os indicadores que temos apontam já para uma redução que não tem que ver só com a quebra da atividade industrial mas com um conjunto de medidas que hoje são transversais a todos os setores e toda a gente está muito preocupada porque a fatura pesa, pesa nas empresas, pesa nas famílias e

nós até sentimos redução no consumo de água e ainda bem porque as pessoas têm mais cuidado e a carteira também dá esse sinal.

Mas temos um conjunto de outras medidas, agora estamos muito apostados em dar continuação aos aparelhos para os mecanismos de bombagem de água, como já tivemos no mandato anterior, o projeto VAGB, Variadores, Alternadores e Arrancadores Suaves, porque logo nos primeiros seis meses conseguimos poupanças na ordem dos trinta e cinco por cento e esse trabalho ainda está inacabado, queremos continuar assim haja apoios e parcerias para estes projetos.

Sra. Presidente, tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Assembleia, vamos votar?"

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

PONTO SETE – Regulamento de comércio a retalho não sedentário do Município de Palmela

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos então para o último ponto."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente procurarei também sumariar o essencial. É um Regulamento oportuno, nós apressámo-nos a desenvolver este trabalho no início do mandato e nos considerandos da proposta como é possível verificar sucederam-se um conjunto de alterações legislativas, que até coincidiram com um momento de alguma recolha de opiniões, discussão pública, e tivemos que fazer um outro Regulamento que depois foi sujeito também a estas alterações.

O Regulamento que trazemos hoje a este órgão, enfim, houve desafios a associações profissionais desta área para se pronunciarem, esteve em consulta pública e não houve pronúncias, de uma maneira geral procuramos aqui adaptar um ou outro aspeto mais, digamos, condizente com a realidade local do agricultor/produtor por causa do chamada mercado da reforma agrária, dos mercados de levante que existem no nosso concelho e, depois, o fundamental foi delimitar as zonas para a venda ambulante. Depois não vale a pena inventar, temos que verter para o nosso Regulamento aquilo que está no corpo da lei, e, portanto está à consideração."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Há questões então, Srs. Membros da Assembleia? Partido Socialista, Bruno Grazina, tem a palavra."

O **Sr. Bruno Grazina do PS:**

" Acho que é importante positivar os direitos e deveres a que estão sujeitos os comerciantes a retalho não sedentário de forma a que possamos conferir maior segurança jurídica a este setor de atividade e a estas pessoas, e por isso a Bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta.

Lamentamos, contudo que a elaboração deste Regulamento tenha tardado cerca de uma década e discordamos da opção da Câmara de regulamentar apenas agora. Na nossa opinião já devia existir regulamentação sobre estas matérias que deveria ser atualizada à medida que a legislação de nível superior era alterada e publicada, é para isso que servem os regulamentos para serem alterados e adaptados à realidade atual não é esperarmos que a legislação seja publicada para depois, logo fazemos o regulamento.

Quanto ao conteúdo normativo em si, o Partido Socialista teria optado por uma arrumação diferente do articulado procurando simplificar alguns artigos desdobrando-os noutros. Porquê? De forma a simplificarmos a interpretação do Regulamento por aquilo que é considerado o cidadão comum e que muitas vezes ainda é um problema em Portugal, não é só a nível da Câmara sobretudo a nível nacional, que é o problema das pessoas não conseguirem interpretar a lei tal como é feita e não é só daqui, mas estamos a referi-lo neste aspeto também.

Queremos também referir que na documentação que seguiu a qualidade de imagem do anexo um não é de todo a melhor e impossibilita uma análise pormenorizada do mesmo. Sugerimos, também, que de futuro os anexos apresentados tenham uma melhor qualidade de imagem de forma a permitir uma melhor interpretação dos mesmos.

Por último, e para concluir, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, porque não percebi muito bem esta parte, se a delimitação do núcleo urbano de Pinhal Novo e a proibição de venda neste perímetro terá impactos ao nível da realização da feira de antiguidades e velharias que se costuma realizar ao domingo de manhã junto à estação ferroviária de Pinhal Novo.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Mais alguma questão sobre esta proposta? Então Sr. Presidente para concluirmos, se faz favor."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

De facto este Regulamento, e a intenção de elaboração não esteve propriamente à espera de nova legislação, houve uma profunda reflexão nos últimos anos sobre a necessidade de adequação do Regulamento Municipal a outros, nomeadamente, e até questões de natureza jurídica de sobreposição porque as próprias freguesias também tinham regulamentos desta natureza, e aquilo que estava em vigor era o Regulamento das Feiras do Concelho de Palmela, aprovado em junho de dois mil e dez, a venda ambulante era um outro, não é, mas era um fenómeno que estava muito bem regulamentado e bem controlado no nosso concelho. Digo bem controlado porque eu sei se havia conflitos, se não havia conflitos e também noutras funções que já desempenhei quando tinha de exercer alguma denúncia ou chamar a fiscalização municipal para alguma destas matérias.

De facto nos últimos anos, desde logo quando começou a haver o cartão de feirante, por exemplo, ficou instalada a confusão. Eu recordo-me que os vendedores por terem o cartão de feirante e como aquilo dizia lá, e era passado na Direcção-Geral das Atividades Económicas, que bastava aquele cartão para chegar a um território e instalar-se, e tinham o direito de se instalar e de vender, que isso causava uma enorme confusão com os espaços pré-definidos para alguns mercados, feiras, etc., etc. Acho que o país também demorou a refletir um bocadinho sobre a forma como depois esta pirâmide tinha de ser construída, enfim.

A atividade nunca foi prejudicada pela ausência de uma legislação menos atualizada, ainda assim chegamos a este momento. Não comento as questões de organização, de estilo, etc., enfim, olhe nós também cada técnico que faz isto às vezes também tem opiniões diferentes mas interessa-nos que substantivamente as coisas fiquem bem tratadas.

A outra questão que colocou relativamente ao perímetro em Pinhal Novo, bom, ele também não inova muito relativamente àquilo que existe neste momento, mas decorre também de outras experiências que as juntas

de freguesia têm no local e percebem onde é que há fenómenos, tentativa de, enfim, alguns vendedores se instalarem mesmo em dias e fora dos locais devidamente determinados para o efeito.

Quero dizer-lhe que a mostra, ou feira de antiguidades e velharias, deverá ter um regulamento ou umas normas. Aliás há aqui âmbitos de aplicação e há exclusões e isto, às vezes, depende do nome. Posso dizer-lhe que a questão da feira de antiguidades e velharias apesar de ter esse nome se não estou em erro, o Sr. Presidente corrigir-me-á, as normas ainda falam em "mostra" ou "amostra" e, portanto, é uma das que está excluída no âmbito de aplicação deste Regulamento. Dir-lhe-ei que, para já, este Regulamento permite essa exceção e não conflitua, é necessário naturalmente que outras entidades com poderes de atuação nestas áreas, nomeadamente as freguesias que podem gerir mercados e feiras seja nas competências próprias seja nas delegadas pelo município, têm depois os seus regulamentos que desconheço neste momento se estão atualizados. Poceirão disse-me que atualizou, penso que Pinhal Novo também. Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Disse, Sr. Presidente? Então vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezoito da CDU, oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e quatro minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, vinte e cinco de setembro de dois mil e quinze.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete